Prefeitura de CURITIBA

Nº 187 - SUPLEMENTO Nº 1 - ANO XV

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2026

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

SUMÁRIO

Poder Executivo

- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
- URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Poder Executivo
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10

Normatiza os procedimentos para registros em documentos escolares para a regularização da vida escolar de estudante – lacuna de série, no ensino fundamental, na modalidade Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos – EJA / Fase I.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 76, § 1º da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e com base no Protocolo n.º 04-050954/2026,
considerando a Deliberação CEE/PR nº 09, de 29 de novembro de 2021, que estabelece normas e procedimentos relativos à organização da vida escolar, avaliação e regularização de trajetória escolar dos estudantes no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
considerando a Instrução Normativa CDE/DNE/DPGE/SEED nº 04, de 29 de junho de 2022, que normatiza os procedimentos para regularização da vida escolar dos estudantes da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, estabelecendo diretrizes para identificação, análise e correção de irregularidades na documentação e no histórico escolar dos estudantes;
considerando a Deliberação CME nº 03, de 18 de dezembro de 2024, que estabelece normas e princípios para a Educação Especial e Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba (SISMEN), definindo diretrizes para organização, atendimento e garantia de acessibilidade, equidade e adequação dos processos educacionais às necessidades específicas dos estudantes;
considerando a necessidade de orientar os Núcleos Regionais de Educação do Município (NREs) e as escolas da Rede Municipal da Educação (RME) de Curitiba,
RESOLVE:
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos para registros em documentos escolares para a regularização da vida escolar de estudante – lacuna, no ensino fundamental, ensino fundamental na modalidade Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos - EJA / Fase I.
Art 2º A lacuna ocorre quando não há registro de um dos anos da série/ano/período/fase de um ou mais componentes curriculares no histórico escolar (nesse último caso, somente para anos finais do ensino fundamental).
Art. 3º O processo de regularização de vida escolar por lacuna de série/ano/período/fase ou lacuna de um componente curricular dar-se-á de acordo com a Deliberação CEE/PR nº 09, de 29 de novembro de 2021.
Art. 4º O encaminhamento dos processos de regularização da vida escolar é de responsabilidade da unidade educacional que detiver a matrícula do estudante, mesmo nos casos de transferência recebida com irregularidade.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

Art. 5º As escolas integrantes da Rede Municipal de Ensino (RME) ficam autorizadas a proceder à regularização de vida escolar – lacuna dos estudantes, atendendo ao disposto nesta instrução normativa.
Art. 6º O processo de regularização de vida escolar do estudante – lacuna, será de responsabilidade da equipe administrativa e pedagógica da escola, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação (NRE) pertinente.
Art. 7º Fica estipulada ao secretário escolar a data limite do término do 1º semestre para verificar as devidas irregularidades nos históricos escolares e comunicar a equipe admistrativa e pedagógica, dando início aos procedimentos para as correções necessárias.
Parágrafo único. Para os alunos matriculados no 2º semestre a unidade escolar, terá o prazo de 3 meses para verificação e regularização do histórico. Para matrículas realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro a regularização deve acontecer antes do término do ano letivo.
Art 8º A unidade educacional da Rede Municipal de Ensino que receber o estudante transferido de outra unidade da rede e identificar a existência da lacuna, deverá informar ao Departamento de Planejamento, Estrutura e Informação (DPEI) pelo e-mail (documentacao@educacao.curitiba.pr.gov.br), que irá solicitar ao Núcleo Regional de Educação (NRE) pertencente à antiga unidade, o registro de uma ata de orientação ao secretário realizada pela pedagoga referência daquela unidade educacional.
Parágrafo Único. O Núcleo Regional de Educação deverá encaminhar uma cópia da ata de orientação ao servidor, para ciência e registro do Departamento de Planejamento, Estrutura e Informação (DPEI).
Art. 9º Nos casos de transferências, a unidade educacional deverá realizar a conferência do histórico escolar do estudante, e, constando a lacuna deverá informar a família sobre o processo de regularização que ocorrerá antes da efetivação da transferência.
Parágrafo Único. Caso não seja possível aguardar a finalização do processo de lacuna, a transferência deverá ser emitida, devendo a unidade educacional registrar em ata com os responsáveis a ciência e a justificativa de que a documentação emitida estará incompleta.
Art. 10. O(A) Coordenador(a) do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e a Chefia do Núcleo Regional de Educação (NRE), acompanharão as questões administrativas referentes ao processo de regularização, desde a comunicação até a sua conclusão, cabendo ao(a) articulador(a) pedagógico(a) de referência do Núcleo Regional de Educação (NRE) pertinente, acompanhar a parte pedagógica do processo de regularização.
Art. 11. A direção da escola deverá designar uma comissão para efetivação do processo de regularização de vida escolar - lacuna.
Parágrafo Único. A comissão deverá ser composta pelo diretor(a) ou pelo vice-diretor(a), pelo pedagogo(a), pelos professores que atuam com o estudante e pelo secretário(a) escolar.
Art. 12. A condução do processo de regularização de vida escolar – lacuna de série na escola será realizada pelo(a) pedagogo(a) e pelo(a) secretário(a) escolar, respeitando a especificidade de cada função.
Art. 13. Quando a lacuna detectada for do 1º ao 5º ano no ensino fundamental regular ou fase I da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a unidade educacional deverá elaborar avaliações diversificadas e compatíveis com a proposta pedagógica da EJA, contemplando procedimentos diagnósticos, registros descritivos e outras formas de verificação das aprendizagens previstas para a fase correspondente em todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso) do(s) ano(s) em que for(em) constatada(s) a(s) lacuna(s).
Parágrafo Único. Em Educação Física, Arte e Ensino Religioso, a atividade avaliativa poderá ser descritiva.
Art. 14. As Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial também realizarão o processo de regularização de vida escolar - lacuna de série sempre que detectadas irregularidades no Histórico Escolar do estudante, devendo elaborar

avaliações curricularmente flexibilizadas e adaptadas às necessidades específicas e de acessibilidade de cada educando, abrangendo todos os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do(s) ano(s)/fase(s) com lacuna constatada.
Parágrafo único. Em Educação Física, Arte e Ensino Religioso, a atividade avaliativa poderá ser descritiva.
Art. 15. Para regularização da vida escolar por lacuna de série/ano/período/fase, a avaliação do potencial acadêmico do(a) estudante deverá ser em todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso) e da parte Diversificada (6º ao 9º ano) Língua Estrangeira Moderna.
Parágrafo único. A avaliação deverá demonstrar a contemplação do(s) ano(s)/série(s)/período(s)/fase(s) não cursados pelo(a) estudante.
Art. 16. Cabe ao articulador(a) pedagógico(a) de referência do Núcleo Regional de Educação (NRE) pertinente validar o processo de lacuna do(da) estudante, emitindo parecer após análise das avaliações e do resultado na ata de avaliação de conhecimentos.
Parágrafo único. No caso da validação nas Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial, o parecer de validação será emitido por representante da Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE), após análise dos resultados e avaliações.
Art. 17. O processo de regularização de vida escolar – lacuna de série será orientado:
I – pelo Departamento de Planejamento, Estrutura e Informações (DPEI):
a) aos(às) coordenadores(as) do Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE dos Núcleos Regionais de Educação – NRE;
b) aos(as) Diretores(as) e aos(às) secretários(as) escolares das unidades educacionais.
II – pelo Departamento de Ensino Fundamental (DEF)/Gerência de Gestão Escolar/ Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEJA):
a) aos(as) Diretores(as), aos(às) pedagogos(as) e aos(às) professores(as) das unidades educacionais.
III – pela Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE) / Gerência de Atendimento Educacional Especializado:
a) aos(as) Diretores(as), aos(às) pedagogos(as) e aos(às) professores(as) das unidades educacionais na modalidade educação especial.
IV - pelo Núcleo Regional de Educação (NRE):
a) aos(as) Diretores(as), aos(às) pedagogos(as), aos(às) professores(as) e aos (às) professores(as) das unidades educacionais.
Art. 18. A Unidade Educacional terá as seguintes atribuições:
I - dar ciência expressa e obter consentimento do responsável sobre o processo de regularização – lacuna de série, registrando em livro ata;
II - organizar a comissão de regularização e registrar a designação dos membros em livro ata;
III - elaborar e aplicar as avaliações aos(às) estudantes;
IV - descrever em ata o potencial acadêmico do(da) estudante sinalizando suas aprendizagens.
Art. 19. O Núcleo Regional de Educação (NRE) terá as seguintes atribuições:
I - orientar e assessorar a unidade educacional sobre o processo de regularização de vida escolar – lacuna de série;
II - acompanhar e verificar os procedimentos realizados pela unidade educacional no processo de regularização de vida escolar – lacuna, intervindo quando necessário;
III - emitir parecer pedagógico referente ao processo de regularização de vida escolar – lacuna do(da) estudante, após análise das avaliações e do resultado registrado na ata de avaliação de conhecimentos.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

Art. 20. O Departamento de Ensino Fundamental (DEF) e/ou Gerência de Gestão Escolar e/ou Gerência de Educação Jovens e Adultos terão as seguintes atribuições:
I - orientar e assessorar os(as) pedagogos(as) dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) pertinentes e pedagogos(as) das escolas sobre o processo de regularização de vida escolar, quando necessário;
II - emitir parecer pedagógico referente ao processo de regularização de vida escolar – lacuna do estudante, após análise das avaliações com o resultado registrado em ata de avaliação de conhecimentos, quando necessário.
Art. 21. A Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE), terá as seguintes atribuições:
I - orientar e assessorar a unidade educacional sobre o processo de regularização de vida escolar – lacuna;
II - acompanhar e verificar os procedimentos realizados pela unidade educacional no processo regularização de vida escolar – lacuna, intervindo quando necessário;
III - emitir parecer pedagógico referente ao processo de regularização de vida escolar – lacuna do estudante, após análise das avaliações com o resultado registrado na ata de avaliação de conhecimentos.
Art. 22. O Departamento de Planejamento Estrutura e Informações, Gerência de Matrículas e Gerência Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), terão as seguintes atribuições:
I - orientar e assessorar os(as) coordenadores(as) do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e os(as) Secretários(as) das unidades educacionais sobre o processo de regularização de vida escolar – lacuna de série do estudante quando necessário;
II - receber e registrar o processo de regularização de vida escolar – lacuna do estudante validado pelo Núcleos Regionais de Educação (NREs) ou Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE);
III - emitir ato de Regularização de vida escolar – lacuna do estudante;
IV – encaminhar à Gerência SERE para realizar a manutenção no sistema.
Art. 24. Após a realização das avaliações caberá à unidade educacional observar o seguinte fluxo administrativo:
I – encaminhar o processo de regularização ao Núcleo Regional de Educação (NRE) pertinente por meio de malote ou e-mail conforme organização do NRE, com a seguinte documentação:
a) ofício da unidade educacional assinado pelo(a) diretor(a);
b) ata de ciência do responsável pelo estudante da abertura do processo de regularização - lacuna;
c) avaliações realizadas pelo(a) estudante de todos os componentes curriculares e a descrição dos critérios de avaliação alcançados pelo(a) estudante de cada série/ano a ser regularizada;
d) ata de avaliação de conhecimentos digitada ou manuscrita, contendo a descrição de todos os membros da comissão contendo nome completo, número de documento, cargo/função e assinatura;
e) na ata de avaliação de conhecimentos deve conter os resultados obtidos pelo estudante de acordo com as avaliações realizadas por ano a ser regularizado.
Art. 25. Após o recebimento do processo de regularização – lacuna, enviado pela unidade educacional, o Núcleo Regional de Educação (NRE) deverá realizar a conferência e:
I - encaminhar via SUP Eletrônico o processo de regularização – lacuna de série ao Departamento de Planejamento Estrutura e Informações (DPEI), inserindo a seguinte documentação:
a) ofício institucional assinado pelo(a) chefe, encaminhando o processo;
b) parecer pedagógico elaborado pela equipe técnica/pedagógica do Núcleo Regional de Educação (NRE);
c) parecer especializado emitido pela Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE), quando se tratar de estudantes matriculados em escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial;
d) ata de orientação ao servidor, se for o caso descrito no artigo 8º.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

Art. 26. Quando o parecer do Núcleo Regional de Educação (NRE) for desfavorável ao parecer emitido pela unidade educacional, a equipe equipe técnica/pedagógica do Núcleo que avaliou, deverá justificar sua decisão, sinalizando para a comissão da unidade educacional quais os procedimentos deverão ser realizados.

Parágrafo único. O processo de regularização – lacuna só poderá ser reiniciado após as orientações expressas do Núcleo Regional de Educação (NRE).

Art. 27. Quando o parecer da Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE) for desfavorável ao parecer emitido pela unidade educacional, a equipe equipe técnica/pedagógica da Coordenadoria que avaliou, deverá justificar sua decisão, sinalizando para a comissão da unidade educacional quais os procedimentos deverão ser realizados.

Parágrafo único. O processo de regularização – lacuna só poderá ser reiniciado, seguindo as orientações expressas da Coordenadoria de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado (CIAEE).

Art. 28. O ato de regularização de vida escolar – lacuna emitido pelo Departamento de Planejamento Estrutura e Informações (DPEI), será utilizado para conferência do Relatório Final, cabendo a Gerência do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) inserir o resultado no sistema.

Art. 29. Após o recebimento do ato de regularização de vida escolar – lacuna emitido pelo Departamento de Planejamento Estrutura e Informações (DPEI), o Núcleo Regional de Educação (NRE) encaminhará o processo finalizado à unidade educacional que deverá proceder a comunicação do resultado ao responsável pelo estudante, registrando em ata contendo a ciência expressa.

Art. 30. Toda a documentação do processo de regularização de vida escolar – lacuna, deverá ser anexada na pasta individual do(da) estudante e arquivada na unidade educacional, juntamente com a ciência do responsável sobre o resultado final.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 3, de 19 de fevereiro de 2014; e

II - a Instrução Normativa nº 6, de 15 de junho de 2021.

Secretaria Municipal da Educação, 6 de outubro de 2026.

Paulo Afonso Schmidt : Secretário Municipal da Educação

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

ANEXO I

PREFEITURA DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL XXX
RUA XXXX
CURITIBA | PARANÁ | CEP XXXXX
TELEFONE XXXX
E-MAIL XXXX

Prefeitura de CURITIBA

Ofício nº XXX/202X – UEXXX

Curitiba, XX de XXXX de 202X.

Assunto: Regularização da vida escolar - Lacuna de série

Senhor(a) Chefe:

Solicitamos a regularização da vida escolar do(a) estudante XXXXXXXXX, nascido(a) em XX/XX/XXX, CGM XXX, cursando o XX (ano/série/período/fase) do XX ciclo correspondente ao ensino fundamental de 9 anos, do qual foi detectada lacuna do XX (ano/série/período/fase) do XX ciclo e/ou disciplina em seu Histórico Escolar.

Atenciosamente,

_____
Nome do Diretor (a)
Diretora – Decreto XXXX

Ao Senhor (a),
XXXXXX
Chefe de Núcleo do NRE – XX

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ANEXO II

ATA DE COMUNICAÇÃO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS – REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR – LACUNA DE SÉRIE

Ata n.º ____. Aos_____ dias do mês de_____ do ano_____ nas dependências da Escola Municipal_____ do município de Curitiba reuniram-se (nomes, cargos, RG), sob a supervisão do(a) pedagogo(a) ou diretor(a) (nome, decreto), do referido estabelecimento de ensino, com a finalidade de comunicar aos pais ou responsáveis do processo de Regularização de vida escolar – Lacuna de série do (da) estudante _____ sem documentação escolar comprobatória, que será(ão) regularizado(s) o(s) seguinte(s) ano(s) ____do Ensino Fundamental de 09 anos, com o amparo da Deliberação CEE/PR nº 09/2021. Após os esclarecimentos e o consentimento dos responsáveis sobre este processo, eu, _____secretário(a) do estabelecimento, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ANEXO III

ATA DE COMISSÃO E AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS – REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR: LACUNA DE SÉRIE.

Ata de regularização da vida escolar nº _____. Aos _____dias do mês de _____do ano _____, nas dependências da Escola Municipal _____, do município de Curitiba, reuniu-se a comissão de professores(as) formada por (nome, cargo, RG dos membros da comissão), sob a supervisão do(a) diretor(a) (nome, decreto) do referido estabelecimento de ensino, com a finalidade de proceder a avaliação de conhecimentos do (a) estudante_____, nascido(a) em ____/_____/_____, para fins de regularização de vida escolar por lacuna de _____ano/série/fase e/ou um componente curricular, com amparo legal da Deliberação CEE/PR nº 09/2021. Após a conclusão das avaliações, apurou-se o seguinte resultado: (nome de todos os componentes curriculares e respectivos resultados das avaliações em cada série/ano/fase a ser regularizado). Em vista do resultado obtido, a comissão considerou regularizada a vida escolar do(a) estudante e as respectivas avaliações serão arquivadas na escola. Nada mais havendo a constar, eu (nome e portaria), secretário(a) do estabelecimento, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e após lida e considerada correta, seguirá assinada pelos demais componentes da Comissão (professores(as), diretor(a) e equipe pedagógica do estabelecimento de ensino).

_____
(Nome)
Diretor(a)
Decreto nº __

_____
(Nome)
Secretário(a)
RG nº __

_____
(Nome)
Pedagogo(a)
RG nº __

_____
(Nome)
Pedagogo(a)
RG nº__

_____
(Nome)
Professor(a)
RG nº __

_____
(Nome)
Professor(a)
RG nº__

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

ANEXO IV

PREFEITURA DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL XXX
RUA XXXX
CURITIBA | PARANÁ | CEP XXXXX
TELEFONE XXXX
E-MAIL XXXX

Prefeitura de CURITIBA

Parecer nº **XXX**/ 202**X**

Curitiba, **XX** de XXXXXX de 202**X**.

Assunto: Regularização da vida escolar

A Equipe Pedagógica deste Núcleo de Educação está ciente e acompanhou a Regularização da vida escolar do(a) estudante, **XXXXXXXXXX** nascido(a) em **XX/XX/XXXX**, com lacuna de série referente ao **X** ano do **X** Ciclo do Ensino Fundamental de 9 anos.

Sendo assim, emitimos o parecer favorável à **Regularização da vida escolar** do(a) estudante.

_____

*Articuladora Pedagógica - NRE**XX***

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ANEXO V

ATA DE ORIENTAÇÃO AO SERVIDOR

Ata nº _____. Aos ____ dias do mês de _____de_____, às _____ horas, nas dependências da Escola Municipal _____, da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, reuniram-se o(a) Diretor(a) da unidade, Sr.(a) _____, e o(a) Secretário(a) Escolar, Sr.(a) _____, para registro de orientação funcional referente aos procedimentos de regularização de vida escolar /lacuna de série. Durante a conferência da documentação escolar do(a) estudante _____, CGM _____, verificou-se que foi realizada a transferência e não foi realizado o procedimento de registro da **lacuna de série** no histórico escolar, resultando em inconsistência na escrituração da vida escolar do estudante. O(A) servidor(a) foi orientado(a) quanto à necessidade de observar rigorosamente a legislação educacional vigente, as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, os procedimentos técnicos realizados para correção de irregularidades, garantindo a análise da documentação no prazo estimado pela SME antes da emissão de históricos escolares e demais documentos oficiais. Foi esclarecido que a ausência do registro da lacuna de série compromete a regularidade da documentação escolar, podendo ocasionar inconsistências na vida escolar do estudante, retrabalho administrativo e necessidade de retificação dos registros oficiais. Diante do exposto, o(a) servidor(a) recebeu as seguintes orientações: I – conferir integralmente a documentação escolar apresentada antes da emissão da transferência e do histórico escolar; II – realizar os registros necessários à regularização da vida escolar quando identificado durante a análise documental; III – consultar a equipe gestora e o Núcleo Regional da Secretaria Municipal da Educação sempre que houver dúvidas quanto aos procedimentos de regularização da vida escolar; IV – nos casos em que o responsável solicitar a transferência e não puder aguardar a regularização de vida escolar deverá ser realizada uma ata de ciência de que a documentação será emitida com irregularidade. Fica consignado que a presente orientação possui caráter administrativo, preventivo e educativo, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos da Secretaria Escolar e a prevenção de novas ocorrências. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata de Orientação, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes (devem assinar o Diretor(a) da Unidade Educacional, Secretário(a) Escolar e Testemunha, se houver).

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

CONSELHO - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 4

Torna público a Deliberação CME nº 01/2026 - Educação Integral em Tempo Integral, no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba - SISMEN.

A SECRETÁRIA GERAL DO CME DE CURITIBA, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1542/2023 - SME, considerando o estabelecido no artigo 42 do Regimento Interno do CME de Curitiba,

RESOLVE

Tornar público a DELIBERAÇÃO nº 01/2026 - CME, conforme anexo.

Secretaria Municipal da Educação, 6 de outubro de 2026.

Dora Léa Loureiro : Secretária Geral

(Republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial Eletrônico Nº 171 - Suplemento Nº 1 de 15/09/2026).

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Prefeitura de CURITIBA

DELIBERAÇÃO CME Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

INTERESSADO: Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN.

ASSUNTO: Deliberação CME nº 01/2026 – Educação Integral em Tempo Integral, no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN.

CONSELHEIROS(AS): Ana Cristina Rodrigues Maranhão; Ana Paula Mehret; Carolina Correa; Cassiano Roberto Nascimento Ogliari; Cíntia Caldonazo Wendler; Daniele Sotta Ziliotto; Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno; Diana Cristina de Abreu; Dorojara da Silva Ribas; Edicléia Aparecida Farias; Edvaldo Teixeira Soares; Fernando Henrique Ferreira Klinger; Flávia Sucheck; Gislaine Aparecida Gouveia; Gizeli de Fátima Cordeiro Bento; Guilherme André da Silva Schlichta; Guilherme Ferreira Kilter Lira; Juliana de Fátima Mildemberg de Lara; Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski; Ligia Marcelino Krelling; Luiza Arlete Mosko da Cunha; Marcela Alves Bomfim; Márcia Cristina da Silva Silveira Debastiani; Márcia Edlaine Monteiro Baptista; Marise Bellese Moura de Abreu; Patrícia Lange Milléo; Scheilla Camargo Coelho; Silvana Aparecida Soares dos Santos Corrêa; Simone Weinhardt Withers; Sonia de Fatima Nadur.

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA: Claudia Binotto

SECRETÁRIA GERAL: Dora Léa Loureiro

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA – CME, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 6.763/85, pela Lei Municipal nº 12.090/06, pelo Regimento Interno do CME, publicado no Diário Oficial do Município nº 102, de 2 de junho de 2020, expede a presente Deliberação que normatiza as Diretrizes que regem a Educação Integral em Tempo Integral, no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba (SISMEN);

considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

considerando o disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017;

considerando o disposto na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE);

considerando o disposto na Lei Estadual nº 18.492, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Paraná;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

considerando o disposto na Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral;

considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.658, de 27 de setembro de 2023, que instituiu o Programa Paraná Integral (PPI);

considerando o disposto no Parecer CNE/CEB nº 12, de 11 de junho de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Integral em Tempo Integral;

considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

considerando o disposto na Indicação CEE/PR nº 9, de 1º de dezembro de 2025, que institui as Normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

considerando o disposto na Deliberação CEE/PR nº 9, de 1º de dezembro de 2025, que institui as Normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2026, que altera o art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral,

DELIBERA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Educação Integral em Tempo Integral constitui pauta relevante no contexto das políticas públicas brasileiras há várias décadas. No cenário contemporâneo, esse modelo tem sido fortalecido por diretrizes nacionais que visam sua expansão em todo o território de forma a garantir o direito universal a um ensino de qualidade, ampliando as oportunidades formativas e elevando os indicadores da educação básica.

Art. 2º Esta Deliberação normatiza as diretrizes para a oferta da Educação Integral em Tempo Integral nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba (SISMEN).

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral constitui política pública estruturante de garantia do direito à educação, voltada a assegurar a inclusão, a equidade, a participação, o currículo e a aprendizagem com qualidade social, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes em suas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, ambiental, política, econômica e cultural, em conformidade com as legislações nacionais, estaduais e com as deliberações deste Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º A implementação da Educação Integral em Tempo Integral observará, além dos princípios previstos no art. 206 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os seguintes princípios específicos:

I – promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social;

II – a organização curricular;

III – a responsabilidade do Município na garantia da oferta;

IV – articulação intersetorial com as políticas públicas de meio ambiente, saúde, assistência social, cultura, esporte, segurança alimentar e de proteção à criança, ao adolescente e ao estudante;

V – promoção da formação socioambiental cidadã, da sustentabilidade socioambiental e da justiça climática;

VI – reconhecimento da pluralidade dos sujeitos da Educação Básica e de suas trajetórias, com valorização das identidades étnico-raciais, culturais, religiosas, territoriais, de gênero, de orientação sexual, geracionais, de deficiência, de nacionalidade e de condição migratória, bem como o compromisso com a reparação das desigualdades educacionais estruturais;

VII – valorização da pluralidade cultural e linguística, com atendimento especializado às modalidades de educação escolar indígena, especial e bilíngue de surdos;

VIII – fortalecimento da articulação, das relações e da comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes campos de experiências, na Educação Infantil, e dos componentes curriculares, organizados por áreas do conhecimento, no Ensino Fundamental;

IX – fomento a práticas pedagógicas inovadoras e interdisciplinares voltadas ao desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes; e

X – gestão democrática e participativa da instituição de ensino e do território educativo.

Art. 5º A implementação da Educação Integral em Tempo Integral assegurará a indissociabilidade entre a oferta de matrículas em jornada de tempo integral e uma Proposta Pedagógica Curricular (PPC), alinhada aos seus princípios.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

§ 1º A oferta de matrículas nesse formato observará o princípio da equidade educacional e basear-se-á em diagnóstico permanente sobre as condições objetivas de infraestrutura física e pedagógica das instituições de ensino, a fim de garantir a indissociabilidade de que trata o **caput**.

§ 2º A Proposta Pedagógica Curricular organizada para o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes, em todas as suas dimensões, pressupõe a garantia da organização curricular, a qual estabelece, como parâmetros prioritários para a tomada de decisões da gestão educacional, da gestão escolar e das práticas pedagógicas:

I – conhecimentos e conteúdos voltados à promoção, à defesa e ao compromisso com a garantia de uma vida digna para todas as pessoas;

II – explicitação e materialização da ética, do cuidado e do bem-viver nas relações em sociedade;

III – construção de uma convivência solidária e democrática, comprometida com a realização cotidiana dos direitos humanos; e

IV – superação das múltiplas formas de exclusão, discriminação, preconceito e opressão.

Art. 6º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral aplica-se às unidades educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba (SISMEN), cujas diretrizes administrativas e teórico-pedagógicas serão estabelecidas por cada mantenedora, desde que respeitados os princípios e fundamentos desta deliberação.

Art. 7º A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral terá carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias letivos.

§ 1º A carga horária de que trata o **caput** será ofertada de forma regular e permanente, compreendendo o tempo total em que a criança e o estudante permanecem na instituição de ensino ou em atividades escolares em outros espaços educacionais, de acordo com a etapa e a modalidade da Educação Básica atendida.

§ 2º Os tempos dedicados à alimentação, à higiene, à socialização e à convivência, desde que assegurados com infraestrutura adequada e acompanhamento de profissionais qualificados, compõem o processo educativo e integram a jornada escolar.

§ 3º O tempo dedicado ao descanso, ao deslocamento interno, ao acolhimento e à transição entre atividades, respeitados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e dos estudantes, especialmente das crianças pequenas, deve ser planejado como parte da rotina escolar.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

§ 4º A jornada em tempo integral requer a incorporação efetiva e orgânica no currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.

§ 5º A ampliação da jornada escolar ocorrerá em único ou em diferentes espaços educativos, nos quais a permanência da criança e do estudante vincula-se tanto à quantidade e à qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagem.

Art. 8º Cabe aos respectivos mantenedores assegurar a infraestrutura física, a acessibilidade, as parcerias intersetoriais, os recursos humanos, a estrutura funcional, os recursos pedagógicos, a formação continuada e as estratégias de avaliação, com especial atenção às especificidades da jornada em tempo integral e da parte diversificada do currículo.

Art. 9º Quando ofertadas em tempo integral, a organização, a carga horária e as especificidades das etapas da Educação Básica e de suas modalidades observarão:

I – as diretrizes e normas nacionais vigentes;

II – as disposições desta Deliberação; e

III – as demais normas específicas editadas por este Conselho Municipal de Educação.

Art. 10. No exercício de sua autonomia, as mantenedoras das instituições de ensino do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba (SISMEN), poderão estruturar a oferta da Educação Integral em Tempo Integral mediante as seguintes formas:

I – instituições de ensino exclusivas de tempo integral: caracterizadas pela oferta de todas as matrículas e turmas em tempo integral de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;

II – instituições de ensino mistas: caracterizadas pela oferta de parte de suas turmas em tempo integral de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 11. Todas as atividades propostas deverão estar articuladas aos componentes curriculares e às áreas do conhecimento, bem como às vivências, aos valores, às atitudes e às práticas socioculturais, em observância ao contido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 12. São princípios operacionais da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

I – integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211. da Constituição Federal, de modo a promover a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de escolarização;

II – adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o currículo local, assegurando que as iniciativas nacionais e estaduais complementem e fortaleçam as diretrizes do Município;

III – implantação de programas e ações voltadas à jornada em tempo integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas; e

IV – valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada para profissionais da educação, assegurando o alinhamento constante com as premissas da Educação Integral.

Art. 13. São objetivos da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

I – ampliar o tempo de permanência da criança e do estudante nas unidades educacionais ou em espaços autorizados e regularizados conforme a legislação vigente, assegurando sua formação como sujeito integral;

II – garantir currículo escolar articulado com a Base Nacional Comum Curricular, por meio de metodologias, estratégias e práticas educativas inovadoras;

III – intensificar as oportunidades de socialização no ambiente educacional e comunitário;

IV – fomentar a pesquisa e a geração de conhecimento;

V – promover a articulação entre a unidade educacional, a comunidade e as famílias, assegurando o engajamento mútuo na construção de um projeto educacional comum;

VI – proporcionar às crianças e aos estudantes o acesso à ciência, à tecnologia, ao esporte, à arte, à literatura e à cultura, como eixos potencializadores da construção de saberes;

VII – fomentar ações que contribuam para a redução dos índices de evasão, abandono e reprovação escolar, bem como acompanhar sua evolução nas unidades do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN;

VIII – elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência, bem como os resultados das avaliações de alfabetização, ou de indicadores que venham a substituí-los, de acordo com as metas locais e nacionais;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

IX – possibilitar às crianças e aos estudantes o reconhecimento e o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando as diferentes necessidades, ritmos de aprendizagem, diversidade cultural, de gênero, racial/étnica, socioeconômica, com vistas à superação de dificuldades e desigualdades;

X – promover a participação e a corresponsabilidade da família e da comunidade no processo educacional, contribuindo para a formação integral das crianças e dos estudantes e o exercício da cidadania; e

XI – estabelecer redes de articulação com diferentes instituições e organizações para a oferta das atividades estruturantes desta política pública.

CAPÍTULO III
DAS DIMENSÕES DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 14. Para assegurar a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, os mantenedores e as instituições de ensino observarão o disposto nesta Deliberação, estruturando suas ações a partir das seguintes dimensões estratégicas:

I – ampliação gradativa das turmas de educação integral conforme a demanda das comunidades locais, priorizadas as regiões de maior vulnerabilidade social;

II – gestão e governança da política de Educação Integral em Tempo Integral;

III – articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades;

IV – alinhamento do currículo, das práticas pedagógicas e da avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento;

V – valorização e desenvolvimento profissional de docentes e não docentes;

VI – fornecimento de materiais pedagógicos para subsidiar as atividades das crianças e dos estudantes;

VII – viabilizar o acervo de materiais pedagógicos para subsidiar o planejamento dos professores; e

VIII – monitoramento e avaliação contínua da política pública.

Seção I
DO ACESSO E PERMANÊNCIA COM EQUIDADE

Art. 15. Na implementação da Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, serão desenvolvidas estratégias e ações específicas que assegurem o acesso e a permanência de todas as crianças e todos os estudantes, com equidade, qualidade social e respeito à diversidade.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 16. Compete às Redes de Ensino, na dimensão estratégica do acesso e da permanência com equidade:

I – realizar a análise contínua da equidade educacional na oferta de vagas da Educação Integral em Tempo Integral, mediante coleta e sistematização de dados que cruzem o número de matrículas com indicadores de raça, cor, gênero, nível socioeconômico, deficiência e localização geográfica;

II – estabelecer critérios objetivos para a expansão do tempo integral, priorizando territórios e instituições com maior vulnerabilidade social, de modo a favorecer o acesso de crianças e estudantes pretos, pardos e migrantes;

III – assegurar o acesso universal, equitativo e inclusivo às matrículas;

IV – estruturar diretrizes para garantir a continuidade da matrícula em tempo integral ao longo da Educação Básica, com especial atenção às transições entre a Educação Infantil e os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental; e

V – pactuar ações de prevenção e enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar, integrando a atuação de docentes, equipes gestoras e órgãos centrais de gestão.

Art. 17. Compete às instituições de ensino, na dimensão estratégica do acesso e da permanência com equidade:

I – monitorar os indicadores de frequência, o risco de abandono e evasão escolar, bem como a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes matriculados na Educação Integral em Tempo Integral;

II – promover ações de prevenção à infrequência, à evasão e ao abandono escolar, incluindo estratégias de busca ativa e diálogo permanente com as famílias;

III – articular-se com os serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer presentes no território, visando apoiar a permanência e o sucesso escolar;

IV – articular-se com organizações da sociedade civil coletivos e associações locais em estratégias compartilhadas de apoio à criança e ao estudante;

V – desenvolver ações voltadas à melhoria do clima e da convivência escolar, bem como à prevenção e superação de violências como o bullying, o racismo, o preconceito religioso, o capacitismo, o machismo, o etarismo e as fobias contra as populações LGBTQIAPN+;

VI – revisar continuamente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando a incorporação das premissas do tempo integral; e

VII – criar canais permanentes de diálogo com as famílias, promovendo ações culturais, formativas e estratégias de apoio ao desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Seção II
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 18. A consolidação da política de Educação Integral em Tempo Integral exige um arranjo sistêmico que reconheça a interdependência entre a rede de ensino e as instituições de ensino a ela vinculadas.

§ 1º As redes de ensino e seus respectivos mantenedores, atuarão como promotores e garantidores das condições institucionais, pedagógicas e materiais necessárias para que as instituições desenvolvam seus projetos educativos.

§ 2º A relação entre a rede e as instituições de ensino será mediada por canais permanentes de escuta, formação, apoio técnico e análise conjunta de dados, orientando a tomada de decisões e o compartilhamento de responsabilidades com base no princípio democrático e no fortalecimento das capacidades locais.

§ 3º Para viabilizar uma gestão participativa e qualificada, o sistema de ensino estruturará relatórios periódicos, comitês gestores, protocolos de apoio à gestão escolar, parâmetros de composição de turmas, além de diretrizes para a alocação de pessoal e estratégias específicas para o transporte, a alimentação e a infraestrutura.

Art. 19. Os ambientes das unidades educacionais devem apresentar condições estruturais adequadas e condizentes com o Tempo Integral, conforme legislação vigente, de modo a propiciar a convivência das crianças e dos estudantes e sua participação em práticas pedagógicas nas dimensões cultural, artística, lúdica, esportiva, ambiental e de interação social que transcendam a sala de aula convencional.

Art. 20. Os espaços educacionais serão implantados e adequados em estrita conformidade com a legislação e as normas específicas vigentes para as etapas, as modalidades e as formas diferenciadas de atendimento da Educação Básica ofertadas.

Art. 21. Na dimensão estratégica da gestão democrática da política de Educação Integral, compete às instituições de ensino:

I – realizar escuta qualificada junto à comunidade escolar para identificar demandas, avaliar a implementação e fortalecer a participação no planejamento do Tempo Integral na instituição;

II – estabelecer e monitorar indicadores próprios para acompanhar o processo de implementação, os resultados de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos estudantes;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

III – revisar periodicamente, com a participação da comunidade, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), à luz dos dados de monitoramento e da concepção de Educação Integral;

IV – identificar demandas relacionadas ao transporte e à alimentação escolar para o atendimento adequado;

V – mapear necessidades de infraestrutura e de pessoal, para viabilizar as devidas adequações e provimentos;

VI – priorizar a participação no Atendimento Educacional Especializado (AEE) às crianças e aos estudantes, público da Educação Especial;

VII – contemplar, nas práticas de gestão escolar, as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica atendida;

VIII – apoiar os profissionais da instituição na implementação da Educação Integral, assegurando recursos e oportunidades de formação continuada em serviço;

IX – adotar práticas de sustentabilidade socioambiental no cotidiano educacional, promovendo o consumo consciente e responsável, a reutilização de materiais e a redução de desperdícios.

X – executar com responsabilidade os recursos financeiros descentralizados, com prioridade para as ações pedagógicas e a melhoria da infraestrutura física da unidade; e

XI – promover a escuta ativa das crianças e dos estudantes em decisões pedagógicas e organizacionais, incentivando a organização de grêmios, conselhos mirins ou outras instâncias participativas, envolvendo-os, por meio de mediação pedagógica, na gestão dos tempos e espaços da instituição.

CAPÍTULO IV
DO CURRÍCULO, DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DA ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS, JORNADA ESCOLAR E APRENDIZAGEM

Art. 22. A Educação Integral em Tempo Integral garantirá a coerência sistêmica entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação, com vistas a promover o desenvolvimento pleno das crianças e dos estudantes em suas dimensões cognitiva, social, cultural, emocional e física, assegurando o exercício de seus direitos de aprendizagem.

§ 1º A busca pela coerência sistêmica pressupõe a integração das múltiplas dimensões do desenvolvimento em experiências educativas que articulem os diversos campos do conhecimento, as linguagens e as formas de expressão, de modo a fomentar a autonomia, a empatia, a criatividade, a consciência crítica e a convivência democrática.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

§ 2º O trabalho pedagógico das instituições de ensino organizará as ações de acolhimento, higiene, descanso, socialização e escuta ativa de forma intencional, pautando-se na relação indissociável entre o cuidar e o educar.

Art. 23. A Proposta Pedagógica Curricular do tempo integral fundamentar-se-á nos direitos de aprendizagem, no desenvolvimento de competências e nas habilidades expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 24. Observadas as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica e os respectivos direitos ao desenvolvimento e à aprendizagem, as orientações pedagógicas promoverão:

I – na Educação Infantil: a ampliação e a diversificação de oportunidades qualificadas para o pleno exercício dos direitos de aprendizagem, em estrita consonância com os seguintes referenciais:

a) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

b) Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil e Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil;

c) Indicadores da Qualidade na Educação: relações raciais na Educação Infantil; e

d) Currículo da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e demais redes de ensino, observadas as resoluções vigentes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as regulamentações expedidas pelo Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME).

II – no Ensino Fundamental: o aprofundamento e a diversificação das aprendizagens, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Currículo da Rede Municipal e demais redes de ensino, priorizando atividades que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes e contemplem as múltiplas dimensões do conhecimento, da cultura e da vida social, observadas as normas complementares do CME.

Art. 25. A organização de funcionamento das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, garantirá a quantidade mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais.

Art. 26. A organização e a supervisão do período destinado ao almoço e ao descanso das crianças e dos estudantes matriculados em tempo integral são de responsabilidade das unidades educacionais das diferentes redes.

Art. 27. A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral garantirá a integração orgânica entre os componentes curriculares e as práticas educativas, assegurando a observância da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um período mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, preconizada para o turno parcial.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 28. A proposta pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral compreenderá o desenvolvimento de momentos de estudo, práticas educativas e oficinas, os quais constarão obrigatoriamente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades educacionais:

I – momentos de estudo: tempo pedagógico destinado ao aprimoramento dos estudos, à realização de tarefas escolares, à leitura, à pesquisa e a outras atividades correlatas;

II – práticas educativas e oficinas a serem desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do órgão gestor e por profissionais com formação ou habilitação específica.

Art. 29. Na dimensão estratégica do currículo, das práticas pedagógicas e da avaliação, compete a cada rede de ensino.

I – elaborar diretrizes pedagógicas específicas para a Educação Integral em Tempo Integral, com o objetivo de subsidiar as suas unidades educacionais;

II – apoiar a contextualização das diretrizes pedagógicas pelas instituições de ensino, com base nas especificidades locais e de seus territórios;

III – assegurar a organização dos espaços e dos tempos no currículo de modo a garantir a integração permanente das experiências educativas ao longo de todo o tempo integral, superando a lógica de turno e contraturno e a fragmentação entre os componentes curriculares e as práticas desenvolvidas;

IV – apoiar as instituições de ensino na implementação de diferentes modalidades de organização do trabalho pedagógico e na articulação interdisciplinar, disponibilizando os materiais de apoio didático necessários; e

V – assegurar o processo avaliativo das práticas através do monitoramento contínuo, com vistas à melhoria contínua dos resultados de aprendizagem e do desenvolvimento das crianças e dos estudantes, contemplando a organização curricular e a organicidade entre as diversas áreas do conhecimento.

Art. 30. Cabe a cada instituição de ensino, no exercício de sua autonomia, a elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), em estrita consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Parágrafo Único. A instituição de ensino atualizará, periodicamente, seu PPP, garantindo ampla publicidade e acesso ao documento por parte da comunidade educacional.

Art. 31. Compete as redes do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, a definição da organização curricular e a alocação da carga horária nas respectivas Propostas Pedagógicas Curriculares, em conformidade com as diretrizes nacionais e locais.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 32. No exercício de sua autonomia, as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN adotarão formas de organização educacional pertinentes aos seus contextos locais para a consolidação de suas identidades, a construção de seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e a elaboração de suas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC).

CAPÍTULO V
DA VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 33. A implementação da educação integral requer a valorização dos profissionais da educação, bem como a articulação entre as formações oferecidas pelos mantenedores e os processos formativos desenvolvidos pelas próprias instituições de ensino.

Art. 34. Na dimensão estratégica da valorização e do desenvolvimento profissional, cabe às mantenedoras que integram o Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN:

I – proporcionar a formação continuada de professores, equipes pedagógicas e direções educacionais de suas redes e instituições de ensino, a fim de alinhar a atuação profissional às diretrizes propostas nesta Deliberação;

II – assegurar o dimensionamento, a alocação e a jornada de trabalho adequados dos profissionais da educação, compatíveis com os objetivos da Educação Integral em Tempo Integral;

III – planejar e implementar processos de formação continuada em serviço focados na Educação Integral em Tempo Integral, contemplando abordagens comuns e específicas às respectivas etapas e modalidades da Educação Básica;

IV – assegurar que as ações formativas ocorram tanto no âmbito da unidade educacional, sob a liderança das equipes gestoras, quanto em espaços e momentos formativos descentralizados;

V – estimular a participação dos profissionais da educação em projetos de pesquisa, ações de extensão universitária, congressos científicos e encontros de compartilhamento de práticas voltados à Educação Integral em Tempo Integral; e

VI – fomentar a articulação entre as redes de ensino e as instituições de ensino superior, promovendo a integração dos estágios curriculares obrigatórios, de ações de extensão e de programas de iniciação à docência na Educação Básica, de modo a fortalecer a formação inicial em contexto real e alinhada aos princípios da Educação Integral em Tempo Integral.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 35. O monitoramento e a avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral devem abranger aspectos que transcendam a mera verificação da ampliação da jornada escolar, mensurando e acompanhando os impactos dessa política sobre o direito à educação, a aprendizagem, o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças e dos estudantes.

§ 1º A competência para as ações de que trata o **caput** deste artigo é compartilhada entre o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

§ 2º A avaliação dessa política requer uma abordagem metodológica que considere dimensões como a equidade na oferta, a permanência estudantil com qualidade, a participação das famílias e comunidades, o fortalecimento dos vínculos educacionais, a sustentabilidade da proposta e a articulação intersetorial.

§ 3º O monitoramento deve integrar diferentes modalidades avaliativas — diagnóstica, formativa e somativa —, contemplando indicadores interdependentes, tais como:

I – equidade na distribuição das matrículas;

II – taxas de permanência, aprovação, reprovação e abandono escolar;

III – condições de infraestrutura física e pedagógica;

IV – efetivação da gestão democrática; e

V – qualidade da articulação intersetorial.

§ 4º Para o efetivo monitoramento, as instâncias competentes disporão de equipes técnicas capacitadas, ferramentas de análise integradas e canais permanentes de comunicação com as instituições de ensino, de modo a converter os dados obtidos em processos eficazes de planejamento.

Art. 36. Na dimensão estratégica do monitoramento e da avaliação, compete às redes de ensino:

I – implementar estratégias avaliativas da política de Educação Integral em Tempo Integral, alinhadas aos objetivos e às metas quantitativas e qualitativas para a ampliação do acesso, a garantia da permanência, a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento pleno, consideradas as desigualdades intraescolares e entre as instituições;

II – disponibilizar os resultados dessas avaliações às unidades educacionais de forma sistematizada, favorecendo o autoconhecimento institucional e a melhoria contínua;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

III – orientar e acompanhar a aplicação dos resultados obtidos no planejamento de ações voltadas ao aprimoramento da equidade, da qualidade da oferta educacional e do trabalho pedagógico das instituições de ensino; e

IV – realizar estudos e pesquisas sobre processos, variáveis críticas e resultados da implementação da política, em articulação com organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e Instituições de Ensino Superior (IES) com expertise no tema.

§ 1º O processo de monitoramento e avaliação deve assegurar a participação dos profissionais da educação e das comunidades escolares em todas as suas etapas, integrando avaliações de natureza diagnóstica, formativa e somativa.

§ 2º As estratégias de avaliação de que trata o inciso I deste artigo deverão contemplar, no mínimo, dados e indicadores sobre:

I - equidade na distribuição das matrículas;

II - fluxo e rendimento escolar (taxas de permanência, aprovação, reprovação, abandono e evasão), bem como indicadores de aprendizagem e desenvolvimento pleno;

III - condições de infraestrutura física e pedagógica;

IV - efetivação da gestão democrática; e

V - qualidade da articulação intersetorial e da integração com os territórios.

Art. 37. Quanto ao monitoramento e à avaliação, compete às instituições de ensino:

I – implementar processos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, em conformidade com as orientações emanadas de seu respectivo Sistema de Ensino;

II – planejar e conduzir momentos colaborativos de análise, reflexão e tomada de decisão com base nos resultados avaliativos, consideradas as especificidades do território, da comunidade e da dinâmica escolar;

III – dialogar com os profissionais da educação, crianças, estudantes e famílias sobre os processos e resultados obtidos, promovendo a compreensão e o engajamento de todos no percurso educativo; e

IV – elaborar e revisar planos de ação voltados ao aprimoramento contínuo da Educação Integral em Tempo Integral e de seus impactos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos estudantes.

Parágrafo Único. As instituições de ensino devem assegurar a participação ativa das famílias e da comunidade no cotidiano escolar do tempo ampliado, promovendo canais permanentes de escuta, diálogo e corresponsabilidade nos processos de

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

acompanhamento e tomada de decisão, de modo a fortalecer o vínculo entre unidade educacional e comunidade.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, compete às mantenedoras:

I – adequar os sistemas de registro, controle e acompanhamento da documentação escolar, de modo a atender às especificidades de organização dos cursos ofertados em tempo integral;

II – qualificar os docentes e demais profissionais das instituições de ensino quanto aos conceitos, pressupostos, finalidades e princípios da Educação Integral em Tempo Integral;

III – assegurar previamente as condições pedagógicas, estruturais, de acessibilidade e de recursos humanos necessárias à execução da Proposta Pedagógica Curricular; e

IV – garantir que a organização educacional promova a integralidade do processo formativo.

Art. 39. O Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME) e a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba (SME) acompanharão e avaliarão a execução da Política de Educação Integral em Tempo Integral, em conformidade com as normas específicas vigentes.

Art. 40. Os casos omissos nesta Deliberação serão dirimidos pelo Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME), em articulação com a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba (SME) e demais redes de ensino em conformidade com a legislação vigente.

CONCLUSÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) E DA CÂMARA DO ENSINO FUNDAMENTAL (CEF)

Os Conselheiros, membros da Câmara de Educação Infantil (CEI) e da Câmara do Ensino Fundamental (CEF), finalizam a Deliberação CME nº 01/2026 – Educação Integral em Tempo Integral, no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN e apresentam a Minuta de Deliberação ao Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – CME, para apreciação e aprovação.

Conselheiros(as): Ana Cristina Rodrigues Maranhão; Carolina Correa; Cassiano Roberto Nascimento Ogliari; Cíntia Caldonazo Wendler; Daniele Sotta Ziliotto; Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno; Dorojara da Silva Ribas; Edicléia Aparecida Farias; Edvaldo Teixeira Soares; Gislaine Aparecida Gouveia; Gizeli de Fátima Cordeiro Bento; Guilherme André da Silva Schlichta; Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski; Ligia Marcelino Krelling; Luiza Arlete Mosko da Cunha; Marcela Alves

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Prefeitura de CURITIBA

Bomfim; Márcia Cristina da Silva Silveira Debastiani; Márcia Edlaine Monteiro Baptista; Marise Bellese Moura de Abreu; Patrícia Lange Milléo; Silvana Aparecida Soares dos Santos Corrêa; Simone Weinhardt Withers.

Curitiba, 14 de setembro de 2026.

CONCLUSÃO DO CONSELHO PLENO

Após análise, o Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Curitiba (CME) aprova a presente deliberação, por unanimidade dos membros presentes na Sessão Única da 3ª Reunião Extraordinária.

Plenária realizada em14 de setembro de 2026.

Conselheiros(as) presentes na sessão:
Ana Cristina Rodrigues Maranhão
Carolina Correa
Cassiano Roberto Nascimento Ogliari
Cíntia Caldonazo Wendler
Daniele Sotta Ziliotto
Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno
Dorojara da Silva Ribas
Edicléia Aparecida Farias
Edvaldo Teixeira Soares
Gislaine Aparecida Gouveiae
Gizeli de Fátima Cordeiro Bento
Guilherme André da Silva Schlichta
Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski
Ligia Marcelino Krelling
Luiza Arlete Mosko da Cunha
Marcela Alves Bomfim
Márcia Cristina da Silva Silveira Debastiani
Márcia Edlaine Monteiro Baptista
Marise Bellese Moura de Abreu
Patrícia Lange Milléo
Silvana Aparecida Soares dos Santos Corrêa
Simone Weinhardt Withers

CINTIA CALDONAZO WENDLER:02119144958

Assinado de forma digital por CINTIA CALDONAZO WENDLER:02119144958
Dados: 2026.10.06 13:45:06 -03'00'

Cíntia Caldonazo Wendler
Presidente
Conselho Municipal de Educação
Decreto nº 2624/2025

Homologo a presente Deliberação, de acordo com as formalidades legais.

PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900

Digitally signed by PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900
DN: cn=PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=14121957000109, email=paschmidt@curitiba.pr.gov.br
Date: 2026.10.06 15:00:33 -03'00'

Paulo Afonso Schmidt
Secretário Municipal da Educação

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

CONSELHO - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 5

Torna público a DELIBERAÇÃO nº 02/2026 - CME: Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba — SISMEN, conforme anexo

A SECRETÁRIA GERAL DO CME DE CURITIBA, no uso de suas atribuições, considerando o estabelecido no artigo 42 do Regimento Interno do CME de Curitiba.

RESOLVE:

Tornar público a DELIBERAÇÃO nº 02/2026 - CME: Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba — SISMEN.

Secretaria Municipal da Educação, 6 de outubro de 2026.

Dora Léa Loureiro : Secretária Geral

(Republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial Eletrônico Nº 180 de 28/09/2026).

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Prefeitura de CURITIBA

DELIBERAÇÃO CME Nº 02/2026

CÂMARA DO ENSINO FUNDAMENTAL – CEF

INTERESSADO: Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN.

ASSUNTO: Deliberação CME nº 02/2026 – Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN.

CONSELHEIROS(AS): Ana Paula Mehret; Cassiano Roberto Nascimento Ogliari; Daniele Sotta Ziliotto; Diana Cristina de Abreu; Flávia Sucheck; Gizeli de Fátima Cordeiro Bento; Guilherme André da Silva Schlichta; Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski; Ligia Marcelino Krelling; Marcela Alves Bomfim; Márcia Cristina da Silva Silveira Debastiani; Marise Bellese Moura de Abreu; Scheilla Camargo Coelho; Simone Weinhardt Withers.

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA: Claudia Binotto

SECRETÁRIA GERAL: Dora Léa Loureiro

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA – CME, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 6.763/85, pela Lei Municipal nº 12.090/06, pelo Regimento Interno do CME, publicado no Diário Oficial do Município nº 102, de 02 de junho de 2020, expede a presente Deliberação que atualiza as Diretrizes que regem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN;

considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

considerando o disposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017;

considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 03/2025, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA;

considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 06/2025, de 17 de julho de 2025, que altera a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA;

considerando o disposto na Deliberação CEE/PR nº 08/2025, de 1º de dezembro de 2025, que institui as normas complementares para a Educação de Jovens e Adultos nos ensinos Fundamental e Médio no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

considerando o disposto na Portaria SME nº 15/2026, de 12 de fevereiro de 2026, que normatiza a realização dos Exames de Equivalência correspondentes ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – 1º segmento referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5º ano) e dá outras providências;

considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos – SME de 2023,

DELIBERA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, é uma modalidade destinada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino Fundamental Anos Iniciais, na idade própria e constitui instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN deve assegurar oportunidades educacionais apropriadas aos jovens, adultos e idosos que não puderam efetuar os estudos na idade regular.

Parágrafo Único. A oferta da Educação de Jovens e Adultos deve ocorrer em diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno), a fim de atender às necessidades de seu público.

Art. 3º As instituições de ensino privadas poderão ofertar cursos de Educação de Jovens e Adultos, no exercício da autonomia do seu Projeto Político Pedagógico, desde que respeitadas as normas nacionais, estaduais e municipais em conformidade com os artigos 7º e 37 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 4º A Educação de Jovens e Adultos, no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, ocorrerá mediante oferta presencial, nos termos da legislação e normas nacionais vigentes e desta Deliberação.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 5º O curso da EJA, na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, é ofertado no formato MULTIETAPAS, no qual poderão ser matriculados estudantes de diferentes etapas (1ª, 2ª, 3ª ou 4ª etapa) em uma mesma turma.

Art. 6º Para ofertar a EJA – 1º Segmento – a unidade escolar deve ter, no mínimo, 10 (dez) estudantes matriculados, e para a abertura de outras turmas, será considerada a capacidade de 25 (vinte e cinco) estudantes matriculados por turmas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

§ 1º Em unidades escolares que ofertam duas ou mais turmas da EJA com frequência inferior a 05 (cinco) estudantes, cabe à escola e a Rede Municipal de Ensino de Curitiba investir em intensa divulgação na comunidade escolar.

§ 2º Esgotadas todas as possibilidades de matrícula, caberá à Secretaria Municipal da Educação de Curitiba analisar e emitir um parecer sobre a situação específica, podendo reduzir o número de turmas e remanejar os estudantes para uma única turma.

§ 3º A fixação do início e término dos cursos independe do ano civil.

Art. 7º O curso da EJA no município de Curitiba é organizado na forma presencial, assegurando a formação geral básica, sem articulação com a Educação Profissional.

Art. 8º Submetido o disposto no art. 38, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 9.394/1996, a idade mínima para a matrícula na EJA dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é de 15 (quinze) anos completos, bem como para a realização do exame de equivalência para a conclusão da EJA no 1º Segmento.

Art. 9º A EJA pode ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, e para cada segmento ou etapa define-se uma carga horária mínima específica, considerando, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial, a carga horária definida pelos sistemas de ensino, não inferior a seiscentas horas.

Art. 10. O curso da EJA da RME de Curitiba tem carga horária total definida de 1.200 (mil e duzentas) horas, com duração mínima de 2 (dois) anos, distribuídas em 4 (quatro) etapas/semestres de 300 (trezentas horas cada, conforme matriz própria. A modalidade deve assegurar o tempo mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de Matemática, além de proporcionar a formação geral básica nos demais componentes curriculares, conforme prescrito pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) e pela meta 9 do Plano Nacional de Educação.

Art. 11. A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deve encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 12. A promoção ocorrerá ao final de cada etapa, com base no relatório de desenvolvimento pedagógico e na frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da etapa.

Art. 13. O currículo da EJA, e as práticas escolares, devem garantir os direitos e objetivos de aprendizagem nos termos da PNA e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como do Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

a BNCC – Princípios e Fundamentos e das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos da RME de Curitiba, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura, da escrita, das competências gerais e das competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital.

Art. 14. Para estudantes da Educação Especial, Sistema Penal e Sistema Socioeducativo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes, ilhéus, demais grupos dos campos, águas e florestas, devem ser observadas as normas específicas vigentes emitidas pelo Conselho Nacional de Educação e por este Conselho Municipal de Educação de Curitiba.

Parágrafo Único. A oferta da Educação de Jovens e Adultos deve considerar as realidades culturais de grupos e suas formas de organização social, considerando os aspectos territoriais, econômicos, culturais, linguísticos, religiosos, ancestrais e étnico-raciais, enquanto povos e comunidades tradicionais.

Art. 15. A Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793 de 1º de dezembro de 2003. Esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

Art. 16. A organização pedagógica e curricular da Educação de Jovens e Adultos deve pautar-se nos princípios da transversalidade, que constitui uma das maneiras de se trabalhar as áreas do conhecimento, os componentes curriculares e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as regras gerais previstas nas Deliberações específicas emitidas por este Conselho Municipal de Educação de Curitiba – CME.

Art. 17. As instituições de ensino que possuem atos regulatórios para a oferta de turmas das Ações Pedagógicas Descentralizadas devem ter sua implantação conforme norma específica da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 18. A Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida visa oferecer educação de qualidade para os estudantes das redes e instituições de ensino no Atendimento Educacional Especializado:

I - os estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação terão assegurados o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos;

II - a oferta da Educação de Jovens e Adultos deve se dar em ambientes educacionais que respeitem a cultura surda e promovam a interação entre

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

estudantes surdos e ouvintes, quando necessário, com o apoio de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras; e

III - as pessoas privadas de liberdade devem ter asseguradas condições de acesso, permanência e qualidade social na oferta da Educação de Jovens e Adultos, de modo a promover sua formação para a autonomia, o exercício da cidadania e a reintegração.

Parágrafo Único. As redes e instituições de ensino devem ofertar uma organização diferenciada para o atendimento desse grupo de estudantes, os quais exigem uma ação complementar ao Currículo previsto para a etapa de escolarização e matrícula.

Art. 19. A Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida pode ser ofertada das seguintes formas:

I - atendimento aos estudantes com deficiência (intelectual, auditiva, visual e física), transtornos globais do desenvolvimento (transtornos do espectro autista, transtornos funcionais específicos e distúrbios de aprendizagem) e doenças raras, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com a utilização de metodologias e técnicas específicas e oferta de tecnologias assistivas, conforme as necessidades dos estudantes, com apoio de profissionais qualificados;

II - atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes, ilhéus e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos estudantes acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

§ 1º A Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, em todos os segmentos no contexto da Educação de Jovens e Adultos, implica em oportunizar acesso a aprendizagens formais, não-formais e informais.

§ 2º A Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida permite o estudo de diferentes formas de certificação que levem em consideração o conjunto de competências ao longo da vida.

§ 3º O Projeto de Vida é estratégia curricular e pode obedecer a uma lógica transversal às áreas do conhecimento, devendo estar presente ao longo de todo percurso educacional, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, visando as dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de forma ambiental e socialmente responsável.

§ 4º A Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtorno do espectro autista e doenças raras exige

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

atendimento educacional especializado, complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta, com possibilidade de ampliação.

§ 5º As turmas da Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida deverão ser ofertadas, organizando suas especificidades curriculares, metodológicas, de materiais, de avaliação e outras no Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino.

Art. 20. Para matrícula e frequência em etapa superior em curso, serão respeitadas as possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou transtornos funcionais específicos e doenças raras, tomando por referência as habilidades desenvolvidas que asseguram a promoção do estudante, sendo:

I - o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Fase I) com promoção para o 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Fase II); e

II - o 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Fase II) com promoção para o 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio).

Art. 21. A Educação Especial seguirá a organização da oferta do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Fase I), respeitando as especificidades e a temporalidade dos estudantes nela matriculados.

CAPÍTULO IV
DA MATRÍCULA

Art. 22. A matrícula é o ato formal que vincula o estudante a uma instituição de ensino autorizada, conferindo-lhe a condição de estudante, sendo requerida pelo interessado ou por seus responsáveis, quando menor de 18 anos.

Parágrafo Único. A matrícula na EJA poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo.

Art. 23. Os procedimentos pedagógicos definem ano, séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos e grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, desde que se cumpram as cargas horárias mínimas estipuladas para cada etapa.

Art. 24. A idade mínima para a matrícula na EJA dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é 15 (quinze) anos completos.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS, DA AVALIAÇÃO E DA FREQUÊNCIA

Art. 25. Os procedimentos pedagógicos definem ano, séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos e grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, desde que se cumpram as cargas horárias mínimas estipuladas para cada etapa.

Art. 26. Os procedimentos pedagógicos e o histórico escolar definem a etapa (semestre) em que o estudante iniciará ou continuará seus estudos na unidade escolar.

Art. 27. A avaliação escolar na Educação de Jovens e Adultos, em seus diferentes processos e espaços, deve encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens, nos termos do artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular definida pela instituição de ensino.

§ 1º A avaliação do desenvolvimento do estudante e a verificação de seu rendimento escolar dar-se-á em caráter formativo, processual, cumulativo e deve assegurar a continuidade do seu percurso educacional, em consonância com os conhecimentos já apropriados, permitindo a transição para segmentos ou etapas posteriores, mediante avaliação por diversas estratégias.

§ 2º A avaliação deve ser condizente com a abordagem e tratamento metodológico específico da Educação de Jovens e Adultos e adequada às demandas.

§ 3º As avaliações devem servir como diagnóstico dos processos de aprendizagem, sendo importante instrumento para o possível redirecionamento das estratégias educativas.

§ 4º A diversidade de estratégias de avaliação deve ser utilizada para que os estudantes possam demonstrar suas aprendizagens, seus conhecimentos e saberes por diferentes meios, respeitadas as formas de expressão que lhes assegurem maior desenvoltura.

Art. 28. A frequência e a participação do estudante na Educação de Jovens e Adultos devem ser acompanhadas de forma integral, considerando sua trajetória escolar e os saberes acumulados ao longo da vida, bem como as diferentes condições que podem interferir em seu percurso educacional, considerando os seguintes aspectos:

I - não centralizar apenas na presença física em sala de aula;

II - justificativas de ausências concedidas aos estudantes para além dos atestados médicos ou de licença, de maneira que contemple questões familiares, sociais,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

jurídicas, econômicas, de trabalho, saúde, fenômenos da natureza, devem ser reconhecidas como justificativas de ausências temporárias; e

III - possibilitar o cumprimento de atividades compensatórias domiciliares, para justificar as ausências de estudantes, tendo em vista a inclusão social plena dos jovens, adultos e idosos.

Art. 29. Em caso de transferência de estudante nos cursos da EJA, observar-se-á:

I - a idade mínima requerida para matrícula;

II - o histórico escolar; e

III - os procedimentos de adaptação, quando for o caso.

CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DO CORPO DOCENTE

Art. 30. A organização do trabalho pedagógico será expressa pelas instituições de ensino, na Proposta Pedagógica Curricular, no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, conforme as regras gerais previstas nas Deliberações específicas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de Curitiba.

Art. 31. Os conhecimentos adquiridos por meios informais, para aproveitamento em cursos da EJA, serão aferidos por procedimentos de classificação, observada a legislação específica.

Art. 32. Os procedimentos de aproveitamento, classificação e reclassificação da EJA deverão seguir as regras gerais previstas nas normativas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Art. 33. O corpo docente da EJA será constituído por profissionais do Quadro Próprio do Magistério a partir de critérios definidos pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, por meio de Regime Integral de Trabalho (RIT), que possam cumprir o horário estabelecido para este atendimento.

§ 1º A oferta de vagas para atuação dos profissionais do magistério na EJA se dará de acordo com a demanda existente nas escolas da RME, por meio de RIT.

§ 2º O profissional do magistério que optar pelo RIT para atuar na EJA deverá ser entrevistado pela equipe diretiva da unidade escolar, devendo participar da formação continuada específica ofertada pela SME durante o ano letivo em curso ou por órgãos afins nos dias da permanência.

Art. 34. O profissional do magistério que atua na EJA cumprirá carga horária de 20 horas semanais, das 18h às 22h, de segunda-feira a sexta-feira, e terá seu suprimento condicionado à manutenção da turma em que atua.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

§ 1º As escolas que atendem à modalidade EJA no período diurno, das 8h às 12h ou 13h às 17h, cumprem a carga horária de 20 horas semanais, atendendo ao horário previsto no suprimento.

Art. 35. O horário de permanência semanal do profissional da EJA deverá ser cumprido de forma concentrada às sextas-feiras, no local de trabalho ou em local designado pela SME, das 18h às 22h para o período noturno, ou das 8h às 12h ou 13h às 17h quando a oferta ocorrer no período diurno.

§ 1º As permanências serão direcionadas para organização do trabalho pedagógico da EJA, elaboração de planejamentos, formalização do registro das avaliações dos estudantes, reuniões do Conselho de Classe, reuniões de estudo e formação continuada com vistas à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Art. 36. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar deve contemplar a EJA, atendendo aos dispositivos legais vigentes e às Diretrizes da SME, sendo aprovado pelo Conselho de Escola e pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

§ 1º Ao diretor da unidade escolar cabe a coordenação dos processos de definição, acompanhamento, avaliação e realimentação do PPP da unidade escolar comtemplando a EJA, assegurando o cumprimento do calendário escolar e o horário das aulas, das 8h às 12h, das 13h às 17h e das 18h às 22h, de quatro dias da semana para os estudantes, e de segunda a sexta-feira para os professores.

§ 2º As escolas que atendem a modalidade EJA no período diurno deverão cumprir sua carga horária, atendendo os horários do período.

Art. 37. O vice-diretor é responsável pelo funcionamento da EJA e deve destinar vinte horas semanais de sua carga horária de trabalho, conforme dispositivos legais, no período noturno, para a coordenação do atendimento pedagógico e administrativo, com o acompanhamento da secretaria da escola nos atendimentos referentes às matrículas, às fichas individuais de acompanhamento, aos históricos escolares e aos relatórios finais da escola, no período das 18h às 22h, de segunda a sexta-feira.

§ 1º Cabe ao vice-diretor no atendimento à EJA:

I - articular o trabalho pedagógico;

II - coordenar o processo de matrículas;

III - acompanhar e incentivar a frequência dos estudantes, investigando as causas de abandono e evasão;

IV - promover, juntamente com o diretor, condições pedagógicas que possibilitem o avanço educacional, orientando e acompanhando o professor na elaboração e no

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

desenvolvimento do planejamento adequado aos estudantes e ao processo de avaliação da aprendizagem;

V - participar na elaboração das adequações pedagógicas para os estudantes com deficiência, sob a orientação da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

VI - garantir aos professores da EJA acesso aos materiais pedagógicos e recursos tecnológicos;

VII - dirigir o Conselho de Classe;

VIII - organizar reuniões; e

IX - coordenar os processos de elaboração e registro da documentação escolar oficial dos estudantes referente ao histórico escolar, à ficha individual, ao relatório final e ao Livro Registro de Classe Online, conferindo as devidas assinaturas do diretor e do secretário escolar designado.

Parágrafo Único. As unidades escolares que contarem com o suprimento do pedagogo no período noturno terão suas demandas pedagógicas atendidas por esse profissional, em parceria com o vice-diretor.

Art. 38. A unidade escolar que detectar demanda para o período diurno e dispuser de espaço físico e estrutural, depois de atendida toda a demanda para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, poderá ofertar a EJA – 1º Segmento – atendendo às diretrizes da SME.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO DOS EXAMES DE EQUIVALÊNCIA

Art. 39. Os Exames de Equivalência destinam-se à certificação de estudos correspondentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assegurando oportunidades educacionais a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

Art. 40. A oferta dos Exames de Equivalência observará os princípios da inclusão, equidade, respeito à diversidade e valorização das trajetórias de vida dos candidatos.

Art. 41. Poderão inscrever-se nos Exames de Equivalência candidatos com idade mínima de 15 (quinze) anos completos na data da realização da prova.

Art. 42. A participação nos exames será voluntária, mediante inscrição prévia em edital específico a ser publicado anualmente pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

Art. 43. Os Exames de Equivalência serão organizados pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, podendo contar com a colaboração dos Núcleos Regionais da Educação.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 44. As avaliações deverão contemplar os componentes curriculares previstos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e as diretrizes da EJA.

Art. 45. Os instrumentos avaliativos deverão considerar:

I – saberes adquiridos em diferentes espaços formativos;

II – competências e habilidades essenciais; e

III – linguagem acessível e adequada ao público da EJA.

Art. 46. Os exames poderão ser realizados em formato presencial, admitindo-se, conforme regulamentação específica, o uso de tecnologias educacionais, desde que garantida a lisura e a segurança do processo.

Art. 47. A aprovação nos Exames de Equivalência dar-se-á mediante o alcance de critérios mínimos de desempenho definidos em edital.

Art. 48. O candidato aprovado fará jus à certificação de conclusão dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 49. A certificação será emitida pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, com validade nacional.

Art. 50. Serão asseguradas condições de acessibilidade aos candidatos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme legislação vigente.

Art. 51. Poderão ser ofertados atendimentos diferenciados, como provas adaptadas, tempo adicional e apoio especializado.

Art. 52. A Secretaria Municipal da Educação de Curitiba publicará, anualmente, edital específico contendo:

I – cronograma;

II – critérios de avaliação;

III – conteúdos programáticos;

IV – procedimentos de inscrição e realização; e

V – demais orientações operacionais.

Art. 53. O ato normativo anual deverá garantir a transparência, a segurança jurídica e a qualidade pedagógica do processo.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

CAPÍTULO VIII
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Art. 54. A oferta de escolarização nos espaços não escolares encontra pleno amparo na legislação vigente, desde que observadas as garantias de qualidade e o controle administrativo do sistema de ensino.

Parágrafo Único. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), em seu Art. 37, § 1º, é dever do sistema de ensino assegurar "oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho".

Art. 55. A viabilização operacional nos espaços que não pertencem diretamente à Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba, será regulamentada pelas diretrizes da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC). A referida legislação ampara a formalização da cessão de uso de espaços físicos não escolares e a união de esforços para o funcionamento das turmas.

Parágrafo Único. Os espaços não escolares no município de Curitiba devem ser organizados e preparados para receber os estudantes, garantindo condições de segurança, acessibilidade, conforto, higiene, funcionalidade, com iluminação, mobiliário e circulação de ar adequados, promovendo ambientes pedagógicos promissores da aprendizagem.

Art. 56. Para efeitos legais, as turmas estarão obrigatoriamente vinculadas do ponto de vista pedagógico e administrativo a uma Escola Regular da Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba - Escola Referência, assegurando que:

I - os estudantes estarão regularmente matriculados no sistema oficial e informados no Censo Escolar pela Escola Referência;

II - todo o registro acadêmico, diários de classe, histórico escolar e processos de certificação serão emitidos e geridos pela unidade escolar de vínculo; e

III - o corpo docente será composto por profissionais devidamente habilitados, designados pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

CAPÍTULO IX
DO CREDENCIAMENTO, AUTORIZAÇÃO E CESSAÇÃO

Art. 57. As normas para o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições, para a autorização e a renovação de autorização de funcionamento, para o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos e para a cessação de atividades escolares, referentes às unidades escolares que ofertam a modalidade da EJA, deverão se reportar às regras gerais previstas nas deliberações específicas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Art. 58. Os atos regulatórios são concedidos à instituição de ensino que oferta a modalidade Educação de Jovens e Adultos, mediante o cumprimento das especificidades para os cursos da Educação Básica. O 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental – Fase I) corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, ofertado pela Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

Art. 59. A autorização dos cursos da Educação de Jovens e Adultos terá validade por cinco anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório.

§ 1º As instituições de ensino que optarem pela oferta apenas do 1º segmento (Ensino Fundamental – Fase I) deverão se submeter a processo de avaliação dos cursos pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, respeitadas as normas específicas vigentes.

§ 2º A renovação da autorização do 1º segmento (Ensino Fundamental – Fase I) poderá ser aprovada por um período de até cinco anos.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 60. Os cursos da Educação de Jovens e Adultos autorizados e que culminam com a expedição de documentos comprobatórios deverão ter a duração mínima de dois anos para o Ensino Fundamental – Fase I.

Art. 61. O Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN, deverá fazer a chamada ampliada de estudantes para a modalidade EJA, tal como se faz a chamada das pessoas de faixa etária obrigatória ao ensino.

Art. 62. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação de Curitiba.

Art. 63. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

CONCLUSÃO DA CÂMARA DO ENSINO FUNDAMENTAL (CEF)

Os Conselheiros, membros da Câmara do Ensino Fundamental (CEF), finalizam a Deliberação CME/CEF nº 02/2026 – Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Municipal de Ensino de Curitiba – SISMEN e apresentam a Minuta de Deliberação ao Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – CME, para apreciação e aprovação.

Conselheiros(as): Cassiano Roberto Nascimento Ogliari; Flávia Sucheck; Gizeli de Fátima Cordeiro Bento; Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski; Ligia Marcelino Krelling; Marcela Alves Bomfim; Marise Bellese Moura de Abreu; Scheilla Camargo Coelho; Simone Weinhardt Withers.

Curitiba, 10 de setembro de 2026.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 651 - 15º ANDAR
CURITIBA | PARANÁ | CEP 80.530.907
(41) 3168-0012 e 3168-0013
cme@curitiba.pr.gov.br

Prefeitura de CURITIBA

CONCLUSÃO DO CONSELHO PLENO

Após análise e considerações, o Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de Curitiba – CME, aprova a presente deliberação, por unanimidade dos conselheiros presentes à Sessão Única da 7ª Reunião Ordinária do CME.

Plenária realizada em 24 de setembro de 2026.

Conselheiros(as) presentes na sessão:
Ana Cristina Rodrigues Maranhão
Cassiano Roberto Nascimento Ogliari
Cíntia Caldonazo Wendler
Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno
Dorojara da Silva Ribas
Edicléia Aparecida Farias
Edvaldo Teixeira Soares
Flávia Sucheck
Gizeli de Fátima Cordeiro Bento
Guilherme André da Silva Schlichta
Karin Priscila Gonçalves Franco Pucovski
Ligia Marcelino Krelling
Luiza Arlete Mosko da Cunha
Marcela Alves Bomfim
Márcia Cristina da Silva Silveira Debastiani
Márcia Edlaine Monteiro Baptista
Patrícia Lange Milléo

CINTIA CALDONAZO WENDLER:02119144958
Assinado de forma digital por CINTIA CALDONAZO WENDLER:02119144958
Dados: 2026.10.06 13:52:18 -03'00'

Cíntia Caldonazo Wendler
Presidente
Conselho Municipal de Educação
Decreto nº 2624/2025

Homologo a presente Deliberação, de acordo com as formalidades legais.

PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900
Digitally signed by PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900
DN: cn=PAULO AFONSO SCHMIDT:35613629900, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=14121957000109, email=paschmidt@curitiba.pr.gov.br
Date: 2026.10.06 14:48:08 -03'00'

Paulo Afonso Schmidt
Secretário Municipal da Educação

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2

Aprova o Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba.

O Diretor de Mobilidade Urbana da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., no uso das atribuições estatutárias e,
Considerando que o art. 2º. do Decreto Municipal nº. 1.959/2012 dá competência à URBS, através de sua estrutura organizacional, para gerenciar e administrar os Serviços de Táxi no Município de Curitiba;
Considerando que o art. 66 do Decreto Municipal nº. 1.959/2012 dá competência à URBS, para editar normas de natureza complementar ao Regulamento, visando ao estabelecimento de diretrizes dos serviços;
Considerando a necessidade de estabelecer identidade visual própria e padronizada para os veículos elétricos integrantes do Serviço de Táxi de Curitiba, de modo a facilitar sua identificação pelos usuários, conferir uniformidade à frota e evidenciar a utilização de tecnologia de menor impacto ambiental;
Considerando a necessidade de aprimorar a identificação visual de toda a frota, inclusive mediante a indicação do número da licença no teto dos veículos, independentemente do tipo de motorização ou fonte de energia utilizada;
Considerando a atualização do Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba, que consolida os padrões, elementos gráficos, cores, dimensões, posicionamentos e demais especificações aplicáveis aos veículos integrantes do serviço;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica aprovado o Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba, em sua versão atualizada, constante do Anexo I desta Instrução, que dela passa a fazer parte integrante para todos os efeitos.
§ 1º. A comunicação visual dos veículos integrantes do Serviço de Táxi deverá observar integralmente os padrões, elementos gráficos, cores, dimensões, posicionamentos e demais especificações estabelecidas no Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba.
§ 2º. Não serão admitidas alterações nos elementos e padrões definidos no Manual sem prévia autorização da URBS.
Art. 2º. Os veículos elétricos destinados à prestação dos Serviços de Táxi no Município de Curitiba deverão adotar o padrão de comunicação visual específico definido no Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba, constante do Anexo I.
§ 1º. Os veículos elétricos que ingressarem no Serviço de Táxi após a entrada em vigor desta Instrução deverão adotar, desde seu cadastramento e início de operação, o padrão atualizado previsto no Manual.
§ 2º. Os veículos elétricos que, na data de entrada em vigor desta Instrução, estiverem utilizando padrão de comunicação visual anteriormente autorizado pela URBS deverão promover sua adequação ao padrão atualizado no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da publicação desta Instrução.

§ 3º. Durante o período de transição previsto no § 2º, será admitida a circulação do veículo com o padrão anteriormente autorizado, desde que mantidas as demais condições de regularidade do veículo e da autorização.
§ 4º. Decorrido o prazo estabelecido no § 2º, somente será considerada regular a comunicação visual que esteja integralmente adequada ao Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba.
Art. 3º. Todos os veículos integrantes do Serviço de Táxi de Curitiba, independentemente do tipo de motorização ou fonte de energia utilizada, inclusive os movidos por motor de combustão interna, híbridos e elétricos, deverão apresentar no teto a identificação visual correspondente ao número da licença, conforme padrão e especificações definidos no Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

§ 1º. O número da licença deverá corresponder obrigatoriamente àquele vinculado ao veículo no cadastro mantido pela URBS.
§ 2º. Os veículos que, na data de entrada em vigor desta Instrução, não possuírem a identificação prevista no caput deverão promover sua adequação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Instrução.
Art. 4º. A adequação da comunicação visual aos padrões estabelecidos nesta Instrução e no Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba será de responsabilidade do autorizatário, sem prejuízo da observância das demais exigências regulamentares aplicáveis ao veículo.
Art. 5º. A URBS poderá expedir orientações técnicas complementares destinadas à correta aplicação do Manual de Comunicação Visual dos Táxis de Curitiba, desde que não impliquem alteração de seus padrões e características essenciais.
Art. 6º. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Diretoria de Mobilidade Urbana da URBS.
Art. 7º. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 01 de outubro de 2026. SERGIO LUIS DE OLIVEIRA - Diretor de Mobilidade Urbana.
URBS - Urbanização de Curitiba S.A., 6 de outubro de 2026.
Ogeny Pedro Maia Neto : Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

MANUAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL TÁXIS

urbs

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

ASSINADO DIGITALMENTE

Responsáveis pelas informações contidas neste manual

Alyson Prado Wolf (Coordenador) - Unidade de Inspeção de Frota
Celso Ferreira Lucio (Gestor) - Área de Especificação e Inspeção de Frota
Clodoaldo Queiroz Valentim (Gestor) - Área de Mobilidade Comercial
Em caso de dúvidas ou solicitações ligar para (41) 3320-3262

Desenhos: Daniel Ferreira Kiss

urbs
Área de Especificação e Inspeção de Frota

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ÍNDICE

LEIAUTES EXTERNOS

- Táxi Convencional ..... Pág. 01
- Táxi Especial ..... Pág. 04
- Táxi Picape ..... Pág. 07
- Táxi Elétrico ..... Pág. 10
- Posicionamento Letreiro Luminoso ..... Pág. 13
- Letreiro luminoso Táxi ..... Pág. 14
- Prefixo Teto ..... Pág. 15

ADESIVOS EXTERNOS

- Adesivo Lateral - Táxi Convencional ..... Pág. 17
- Adesivo Lateral - Táxi Especial ..... Pág. 18
- Adesivo SIA ..... Pág. 19
- Adesivo 156 ..... Pág. 20
- Adesivo Logotipo URBS ..... Pág. 21
- Adesivo Curitiba e Prefixo ..... Pág. 22
- Adesivo ‘’Elétrico’’ Lateral ..... Pág. 23
- Adesivo ‘’Elétrico’’ Traseiro ..... Pág. 24

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ASSINADO DIGITALMENTE

LEIAUTES EXTERNOS



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

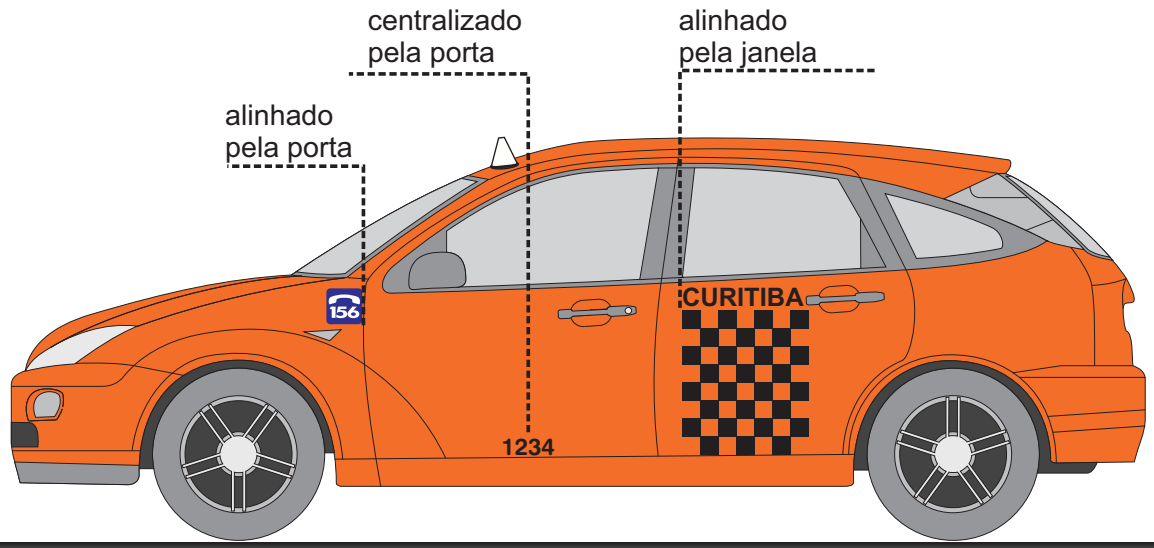
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

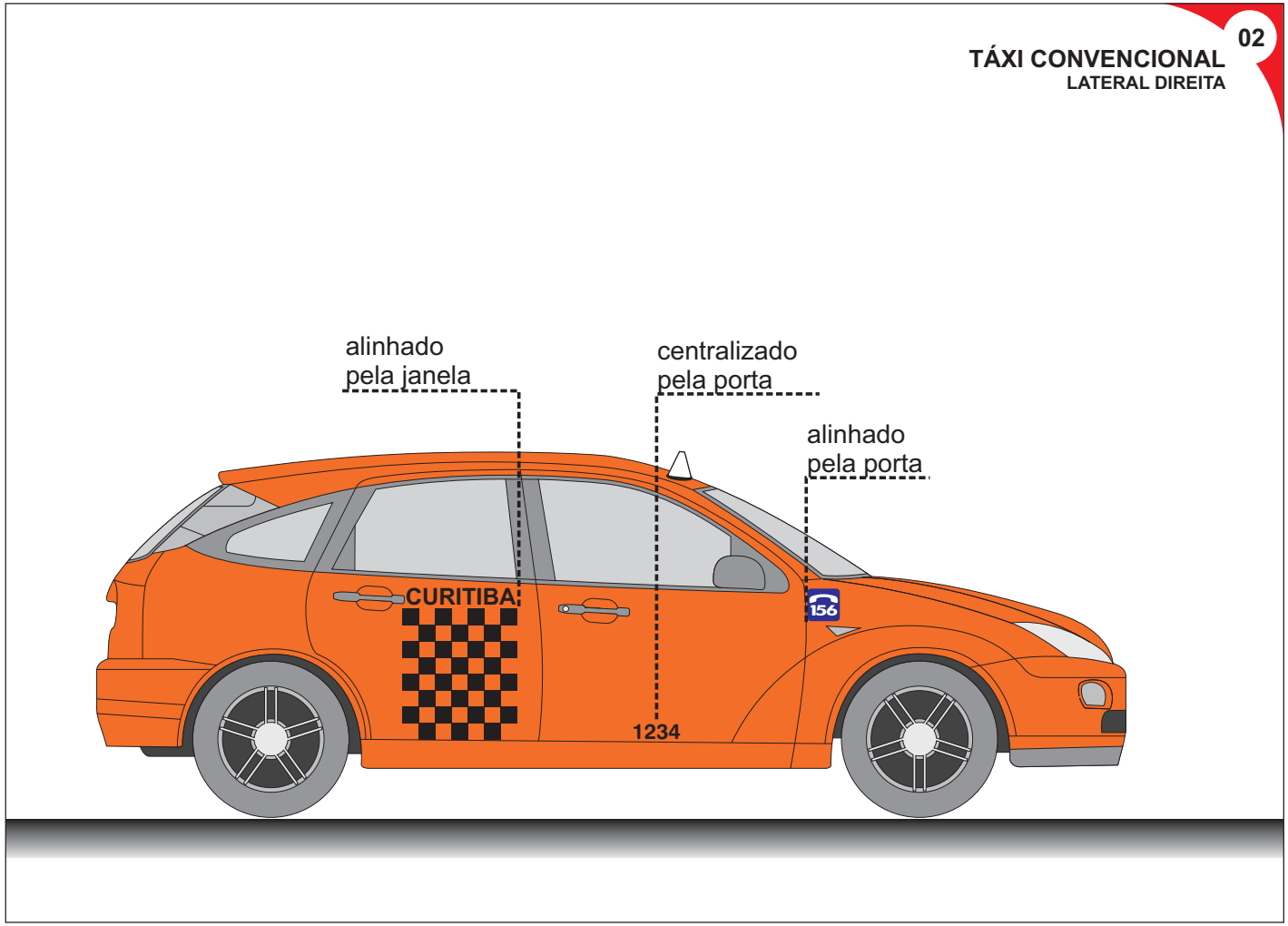
01

TÁXI CONVENCIONAL

LATERAL ESQUERDA



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

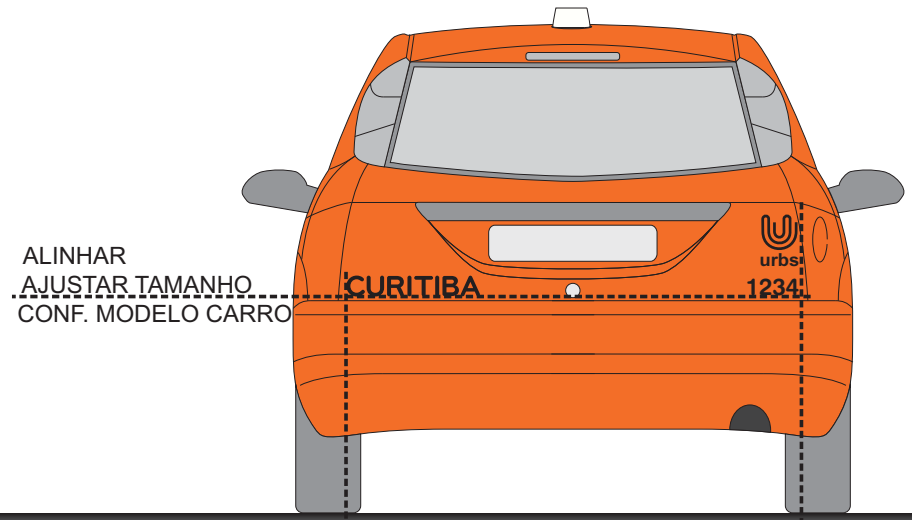
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

03

TÁXI CONVENCIONAL

TRASEIRA

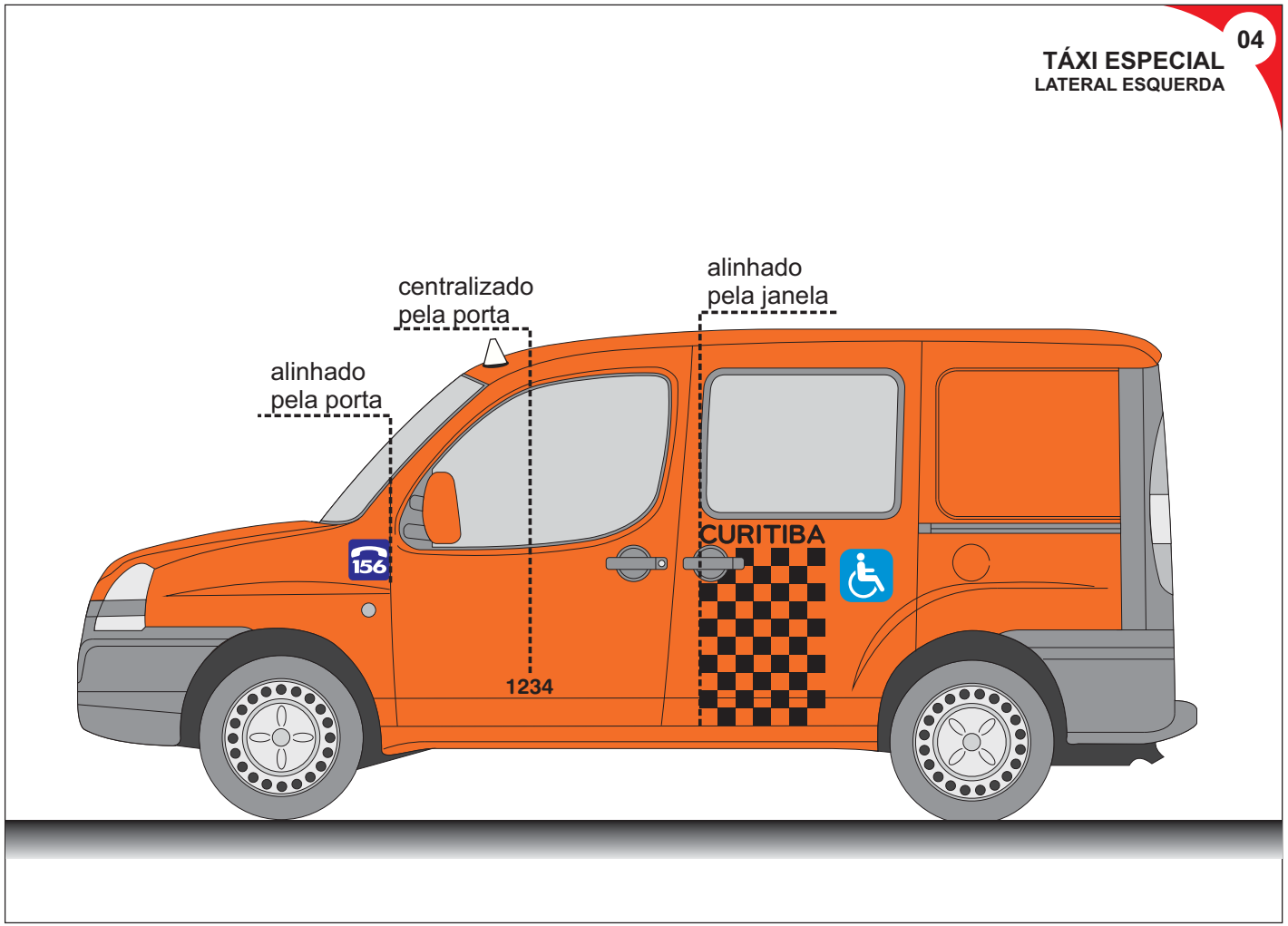


ALINHAR A 5 cm DO PORTA MALAS

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

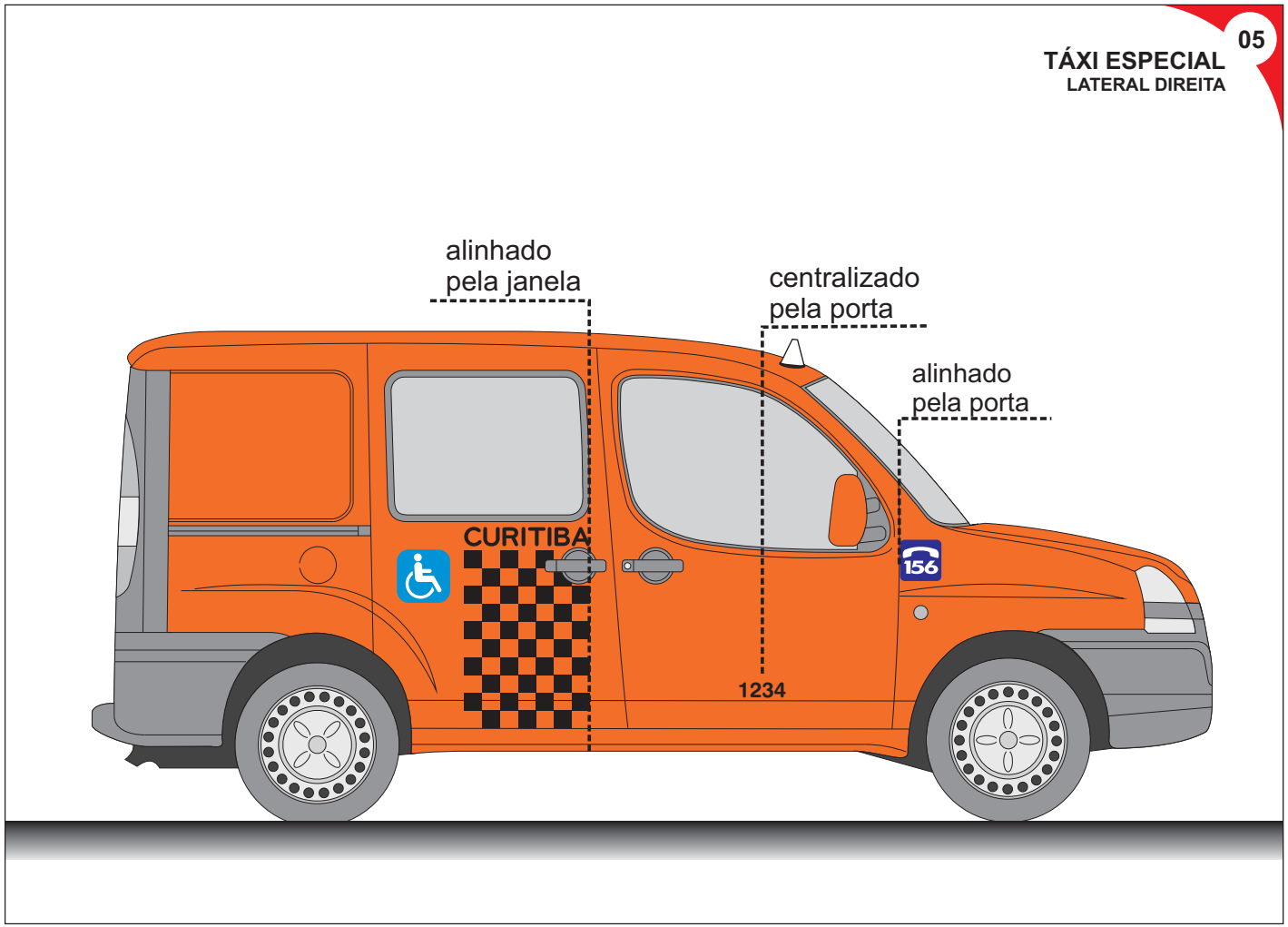
SUPLEMENTO Nº 1



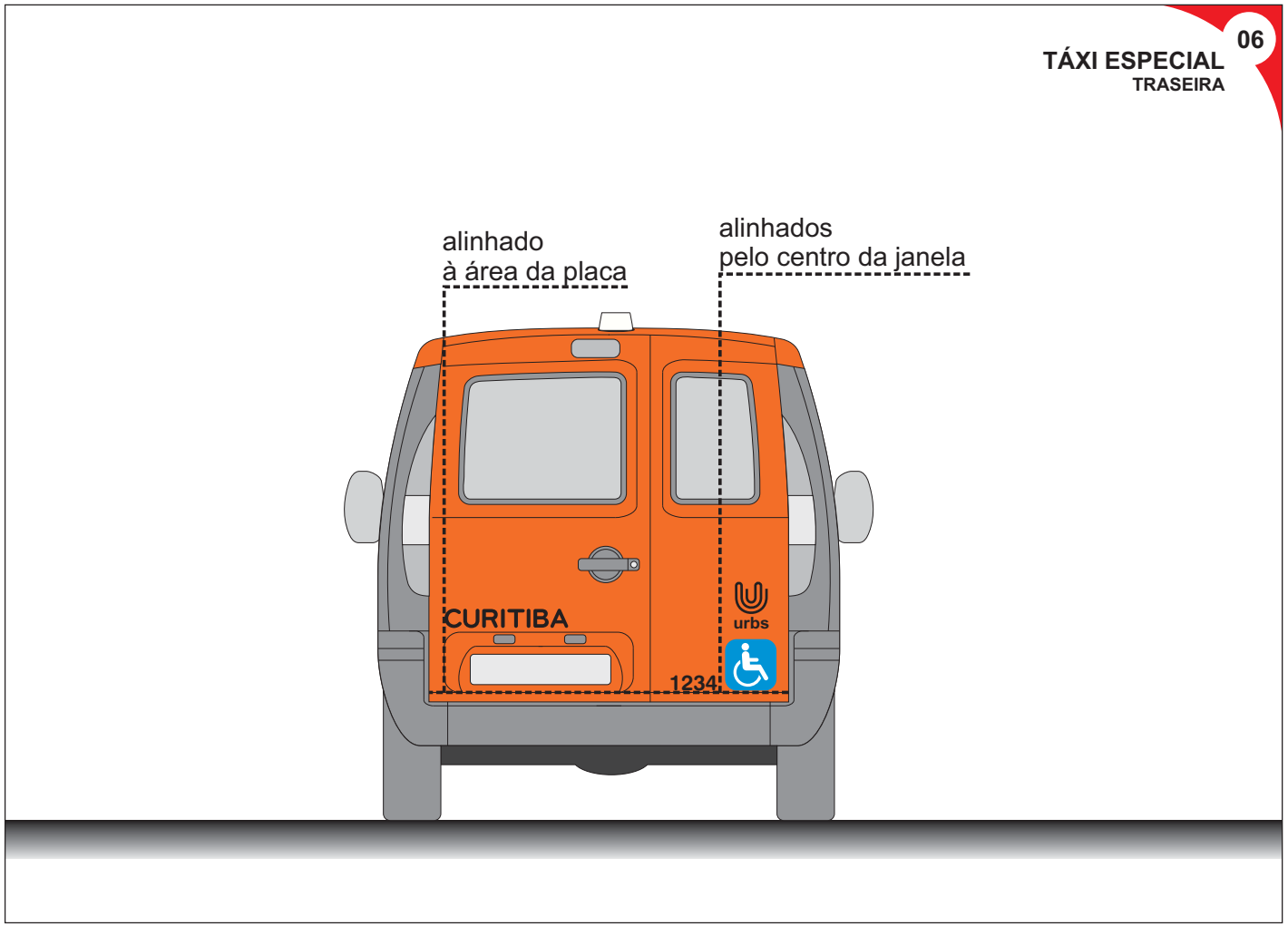
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

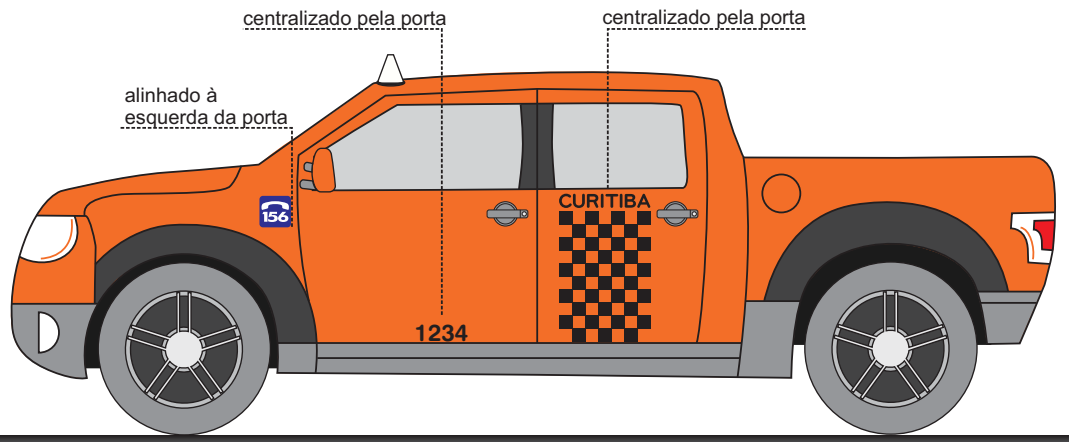
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

07

TÁXI PICAPE

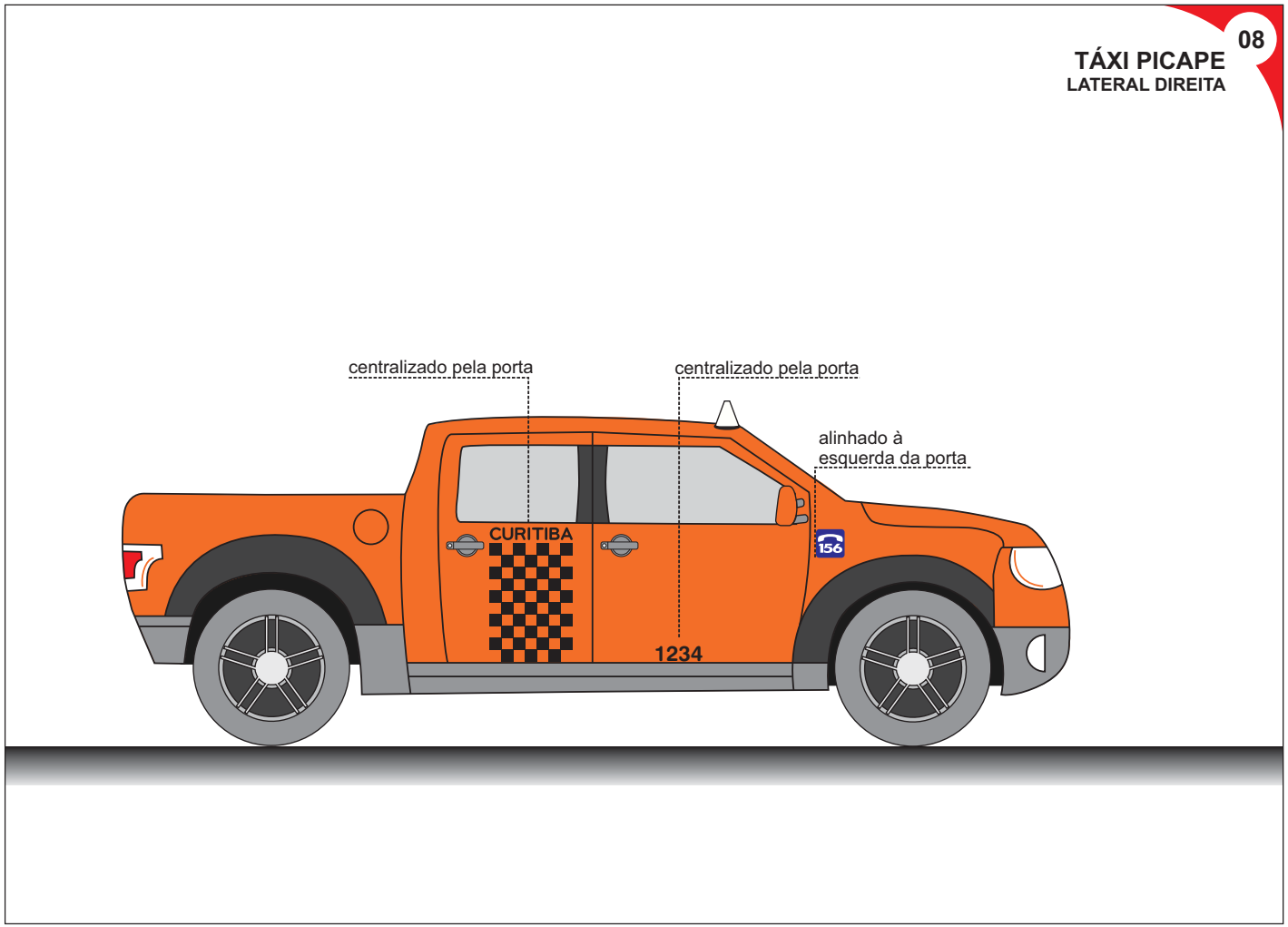
LATERAL ESQUERDA



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

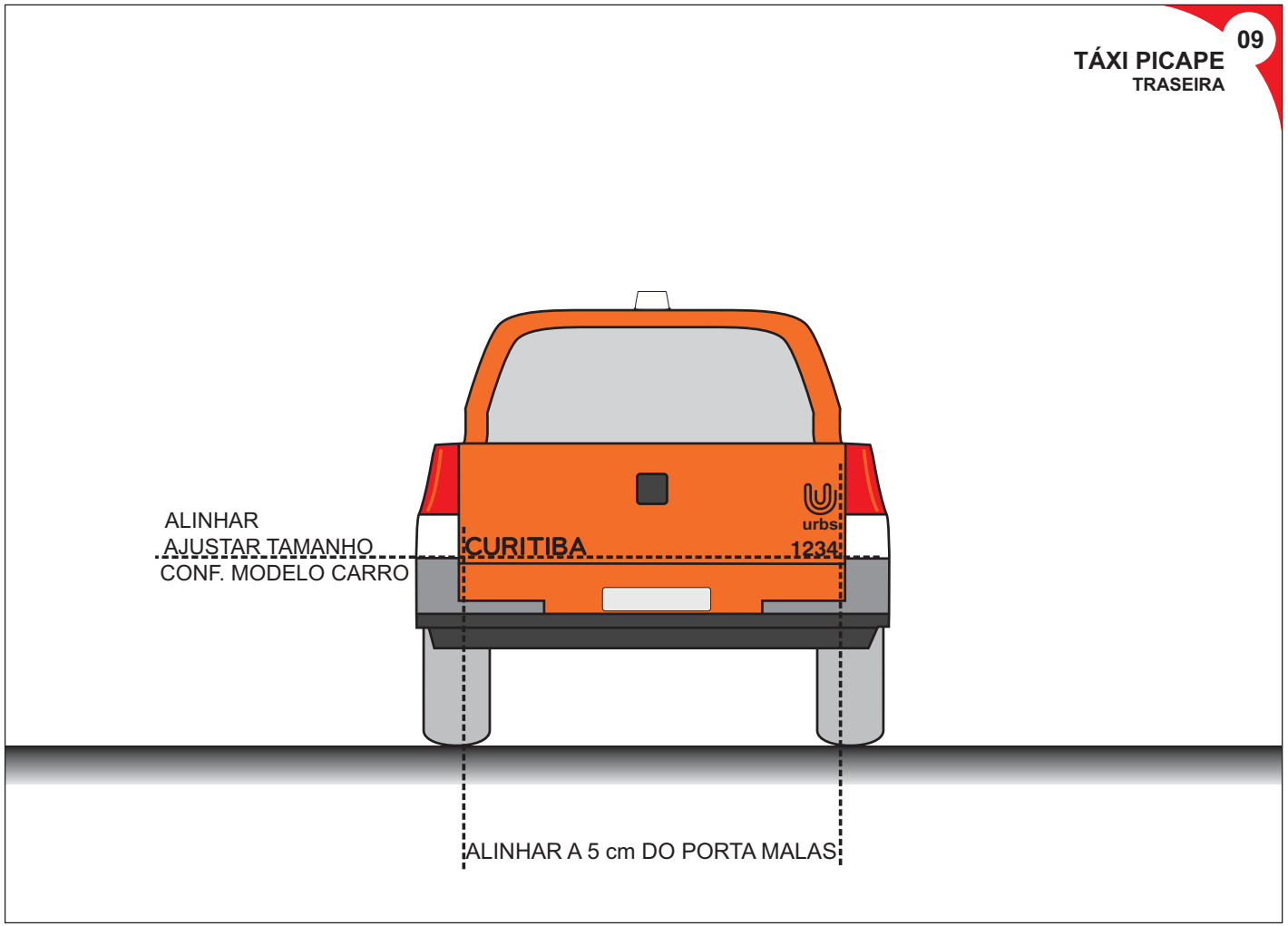
SUPLEMENTO Nº 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

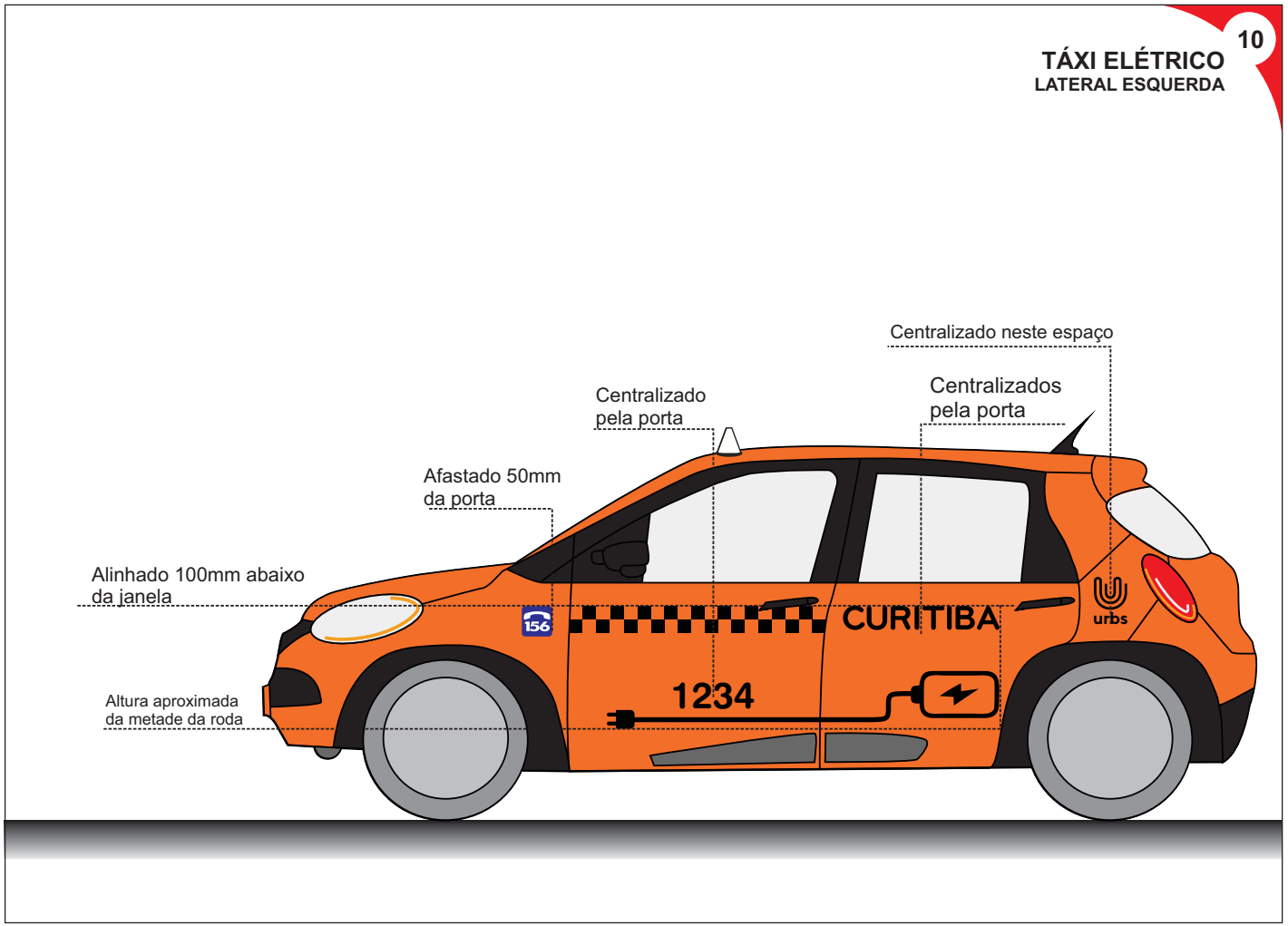
SUPLEMENTO Nº 1



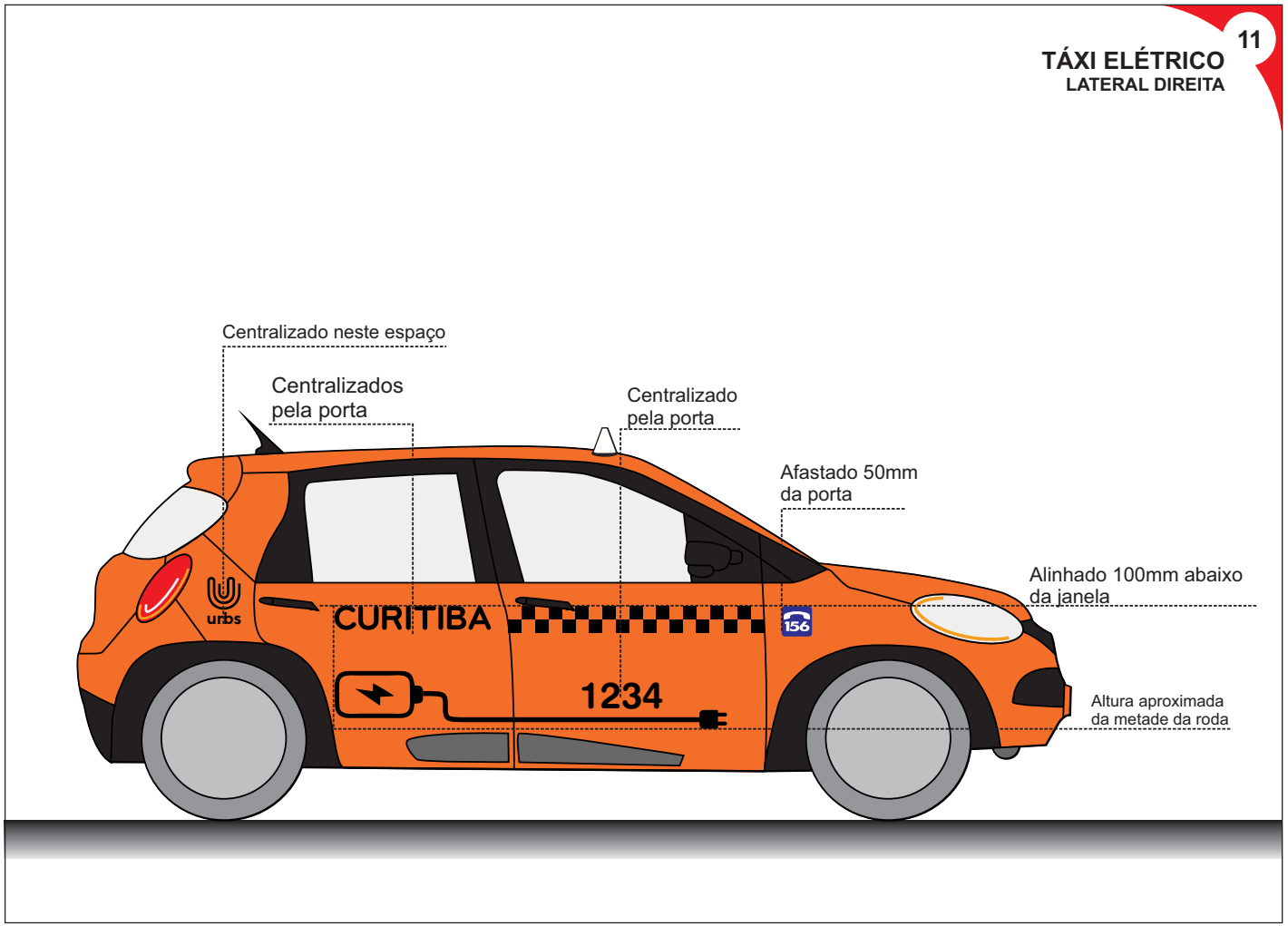
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1



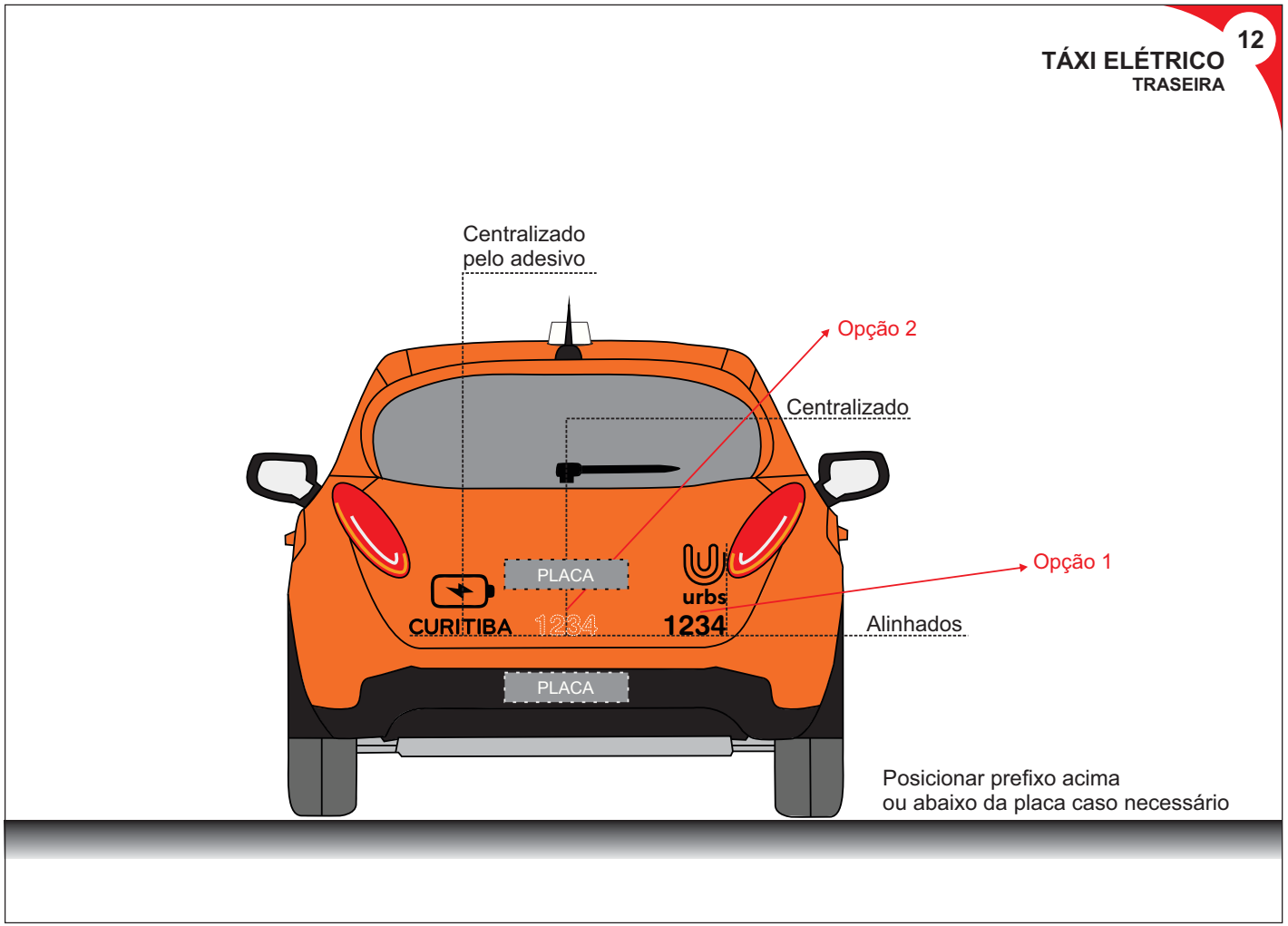
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1



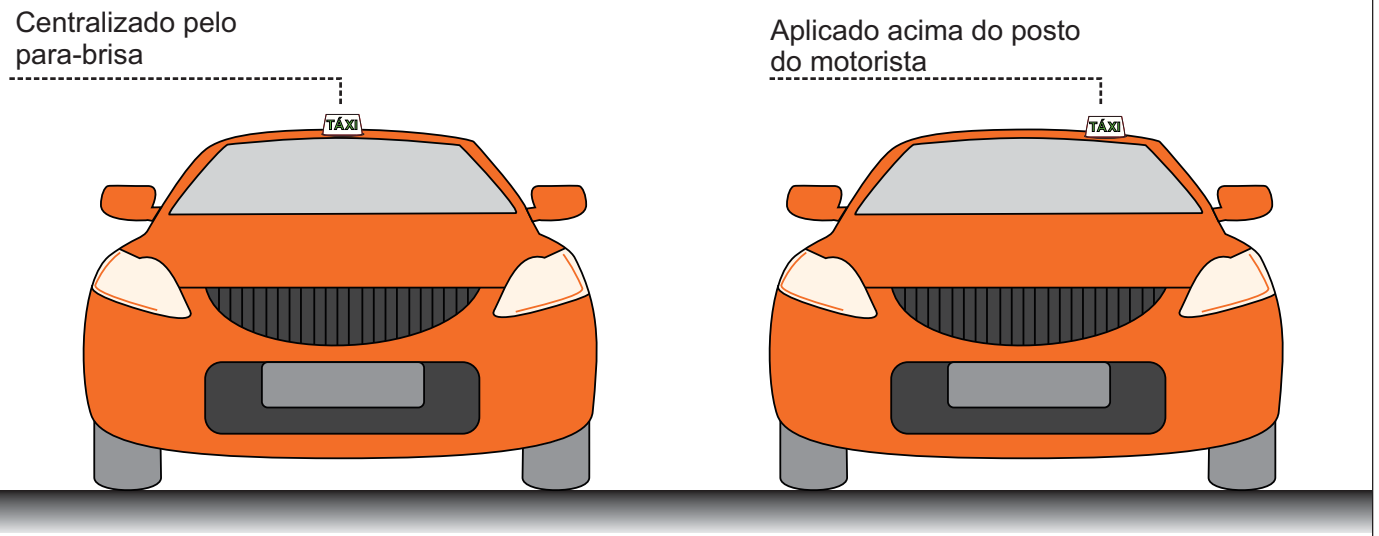
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

13

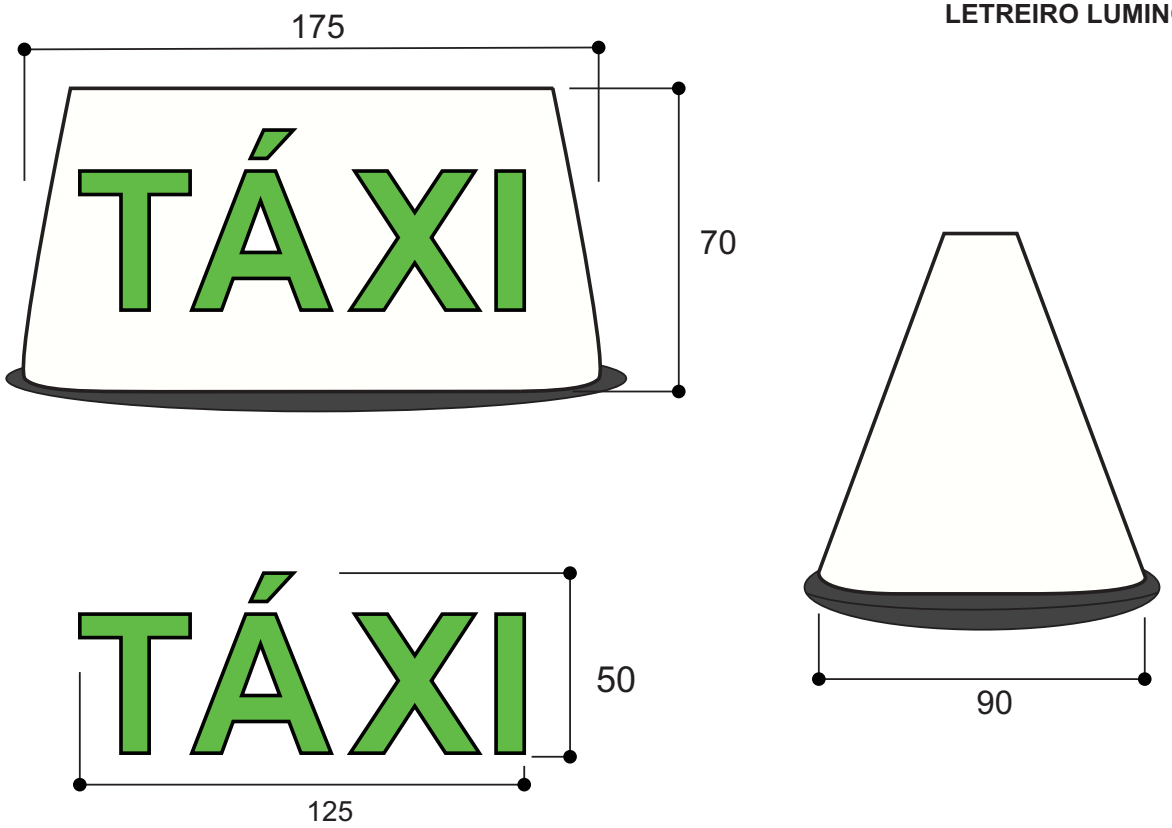
POSICIONAMENTO LETREIRO LUMINOSO



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

14

LETREIRO LUMINOSO



Unidade em mm

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

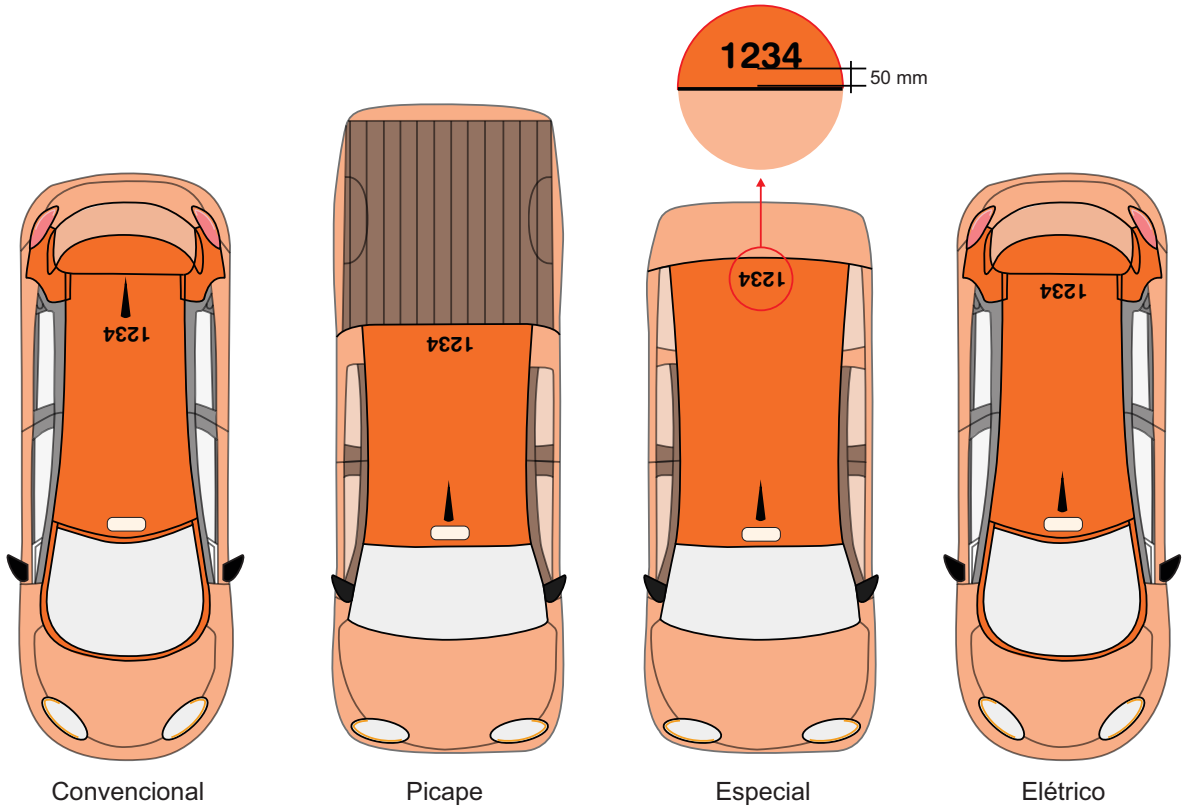
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

Prefixo afastado 50 mm do final do teto do veículo.
Eventuais interferências deverão ser tratados pontualmente junto à URBS.

15

PREFIXO TETO
(Antena dianteira)



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

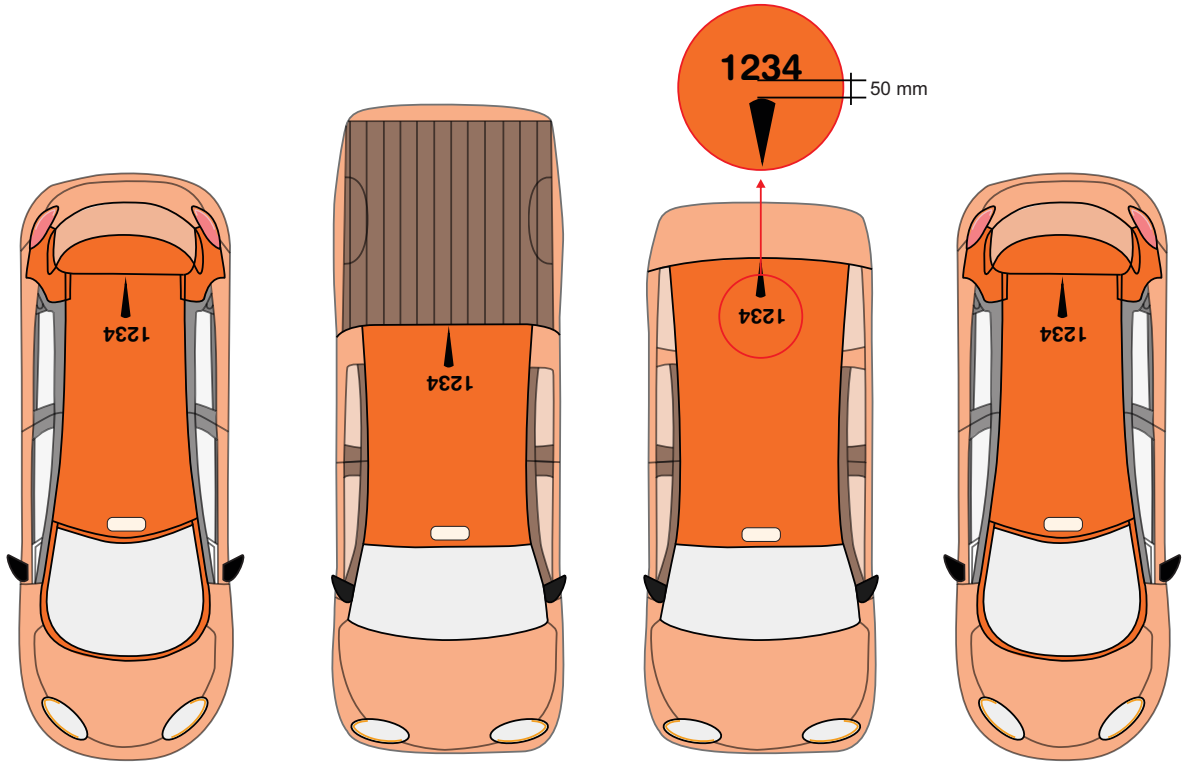
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

Prefixo afastado 50 mm da antena
Eventuais interferências deverão ser tratados pontualmente junto à URBS.

16

PREFIXO TETO
(Antena traseira)



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ASSINADO DIGITALMENTE

ADESIVOS

urbs

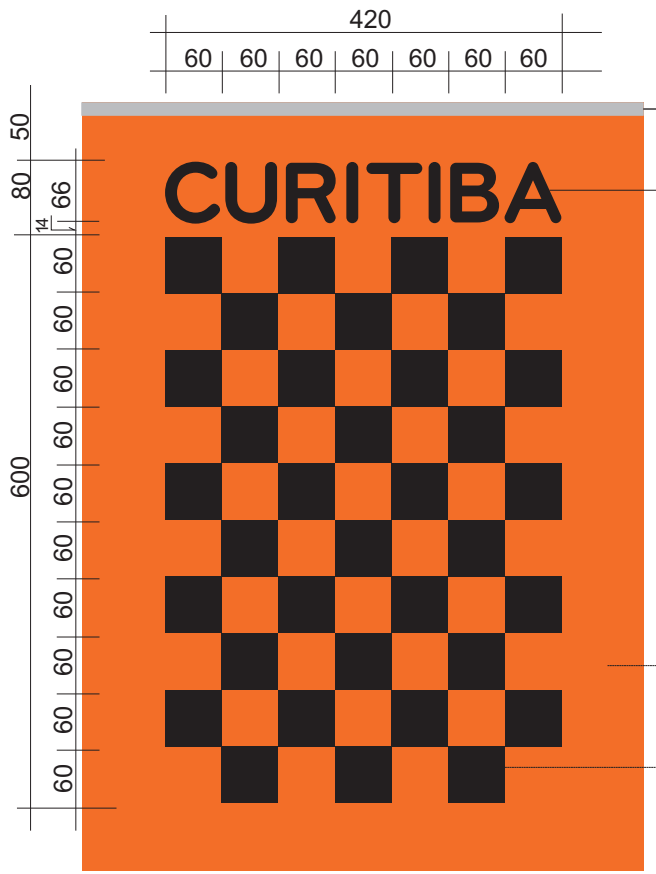
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

17

ADESIVO LATERAL TÁXI CONVENCIONAL



BORRACHA DO VIDRO

PELÍCULA ADESIVA RECORTADA

PINTURA DO TÁXI

ADAPTAR A ALTURA CONFORME MODELO DO CARRO

REFERÊNCIAS PARA REPRODUÇÃO

MATERIAL
Película adesiva recortada (sistema plotter) diretamente sobre a lataria do táxi

SISTEMA TIPOLÓGICO
Fonte Swis 721 BdRndBT (normal) / Caixa alta e baixa

SISTEMA CROMÁTICO

Película Adesiva
Preto Black - (CMYK - 100k)

Veículo
Tinta Automotiva - Laranja Boreal

Obs: Referência para película de recorte 3M Scotchcal - série BR 6300-12 (Nacional)
Suporte Técnico - Vinilsul

Lateral

UNIDADE EM MM

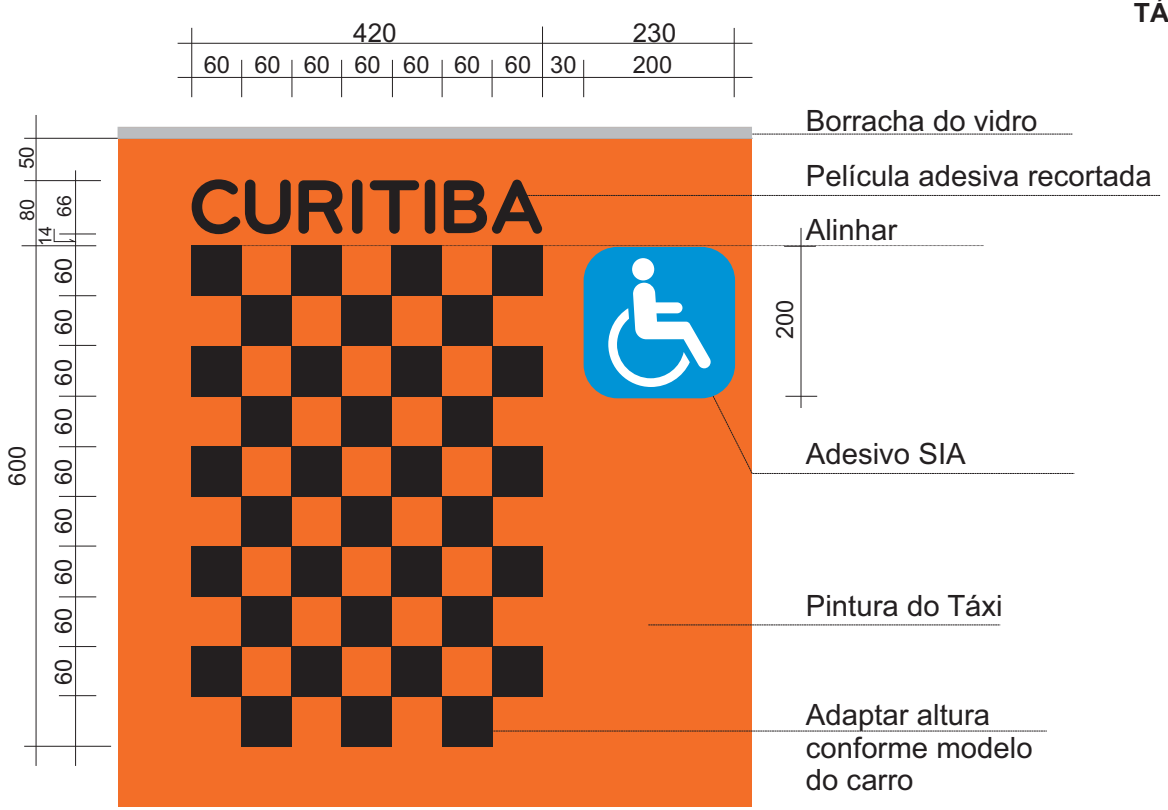
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

18

ADESIVO LATERAL
TÁXI ESPECIAL



Lateral Esquerda
Unidade em MM

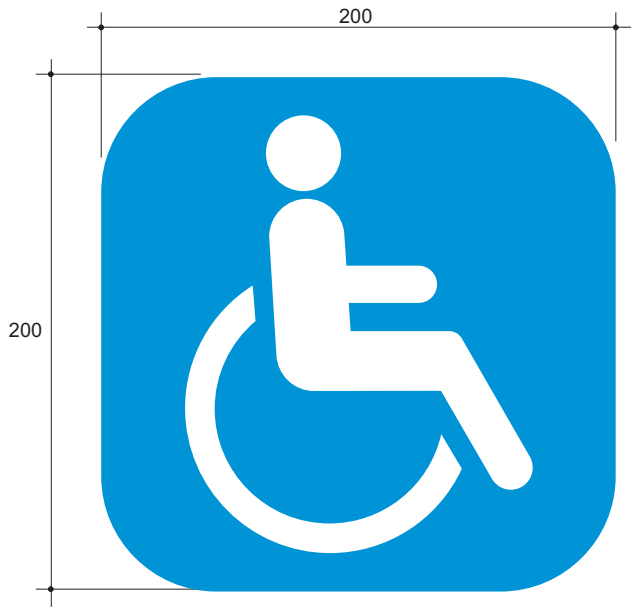
Para o lado direito do veículo, o adesivo SIA deve ser posicionado ao lado esquerdo do xadrez

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ADESIVO SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSIBILIDADE (SIA) 19



Ref.: PANTONE 2925 C

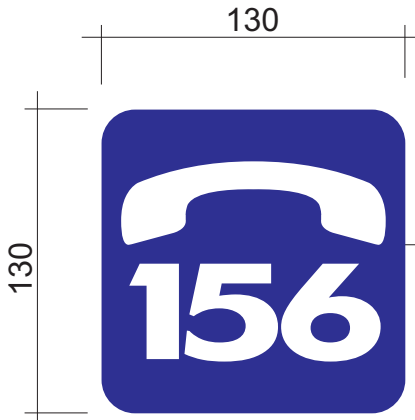
O adesivo aplicado no vidro frontal deve ser colado no interior do veículo, com visualização para o lado externo.
Extremidades com 7 mm de curvatura
ESC.: 1:2

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ADESIVO 156 20



ADESIVO 156 COM PICTOGRAMA BRANCO CENTRALIZADO, COM FUNDO AZUL (CMYK 100;100;0;0;) PANTONE 266CV - APLICADO NA LATERAL FRONTAL DO CARRO

LATERAL DIANTEIRA

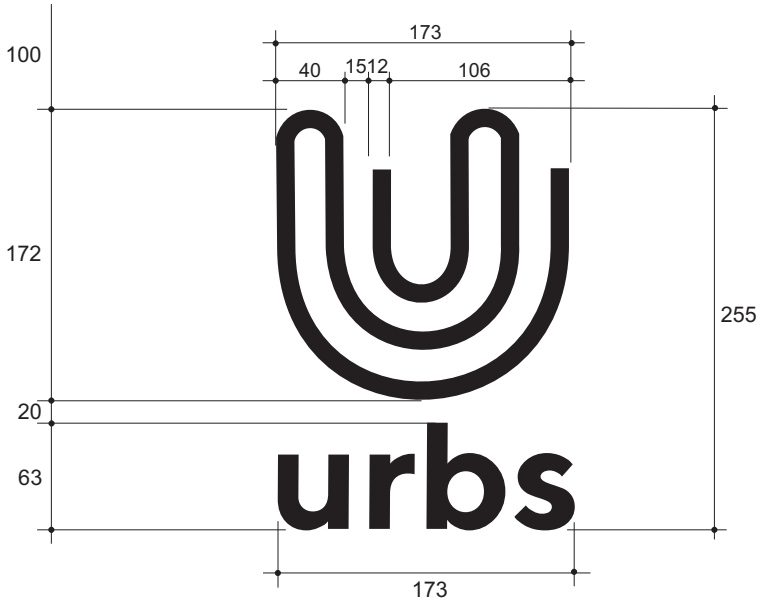
UNIDADE EM MM

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

LOGOTIPO URBS 21



FONTE : TT Norms Bold

UNIDADE EM MM

VINIL ADESIVO EM PLOTAGEM DE RECORTE

ref.: PRETO 3M BR7300-12 ou similar

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ASSINADO DIGITALMENTE

ADESIVO CURITIBA E PREFIXO

22

FONTE 721 BdRnd BT / CORPO 250 PT / CAIXA ALTA

66

CURITIBA

420

LATERAL

UNIDADE EM MM

FONTE 721 BdRnd BT / CORPO VARIÁVEL / CAIXA ALTA

variável

CURITIBA

variável - não ultrapassar 420 Mm

TRASEIRA

UNIDADE EM MM

150-50

1234

FONTE 721 BdRnd BT / CORPO 395 PT - APLICADO NA LATERAL DO CARRO - CENTRALIZADO PELA PORTA

LATERAL E TETO

UNIDADE EM MM

60

1234

FONTE 721 BdRnd BT / CORPO 237 PT - APLICADO NA TRASEIRA DO CARRO - LADO DIREITO

TRASEIRA

UNIDADE EM MM

VINIL ADESIVO EM PLOTAGEM DE RECORTE

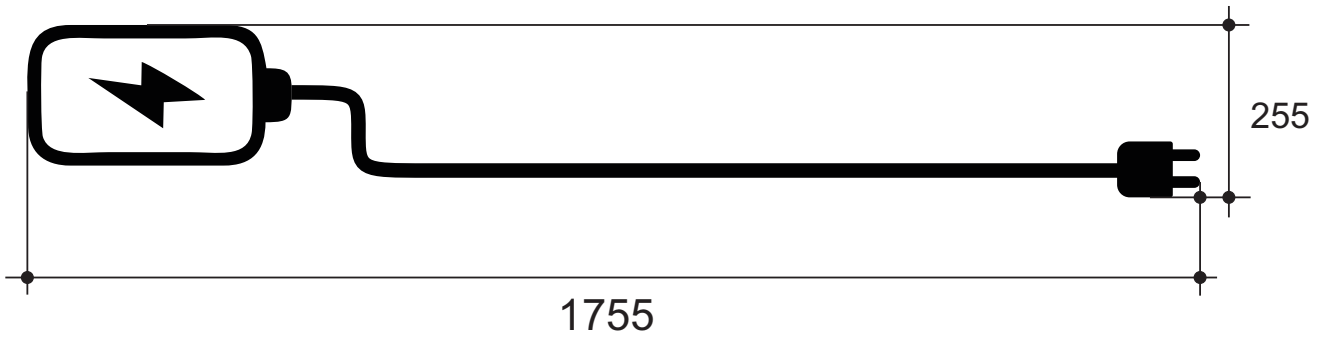
ref.: PRETO 3M BR7300-12 ou similar

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ADESIVO ‘’ELÉTRICO” LATERAL 23



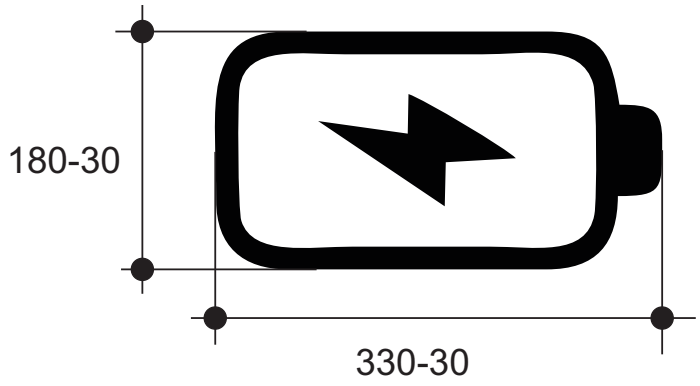
Unidade en mm
Inverter horizontalmente de acordo com o sentido do veículo
VINIL ADESIVO EM PLOTAGEM DE RECORTE
ref.: PRETO 3M BR7300-12 ou similar

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

ADESIVO ‘’ELÉTRICO” TRASEIRO 24



Admite-se variação proporcional de -30mm a depender do espaço disponível no veículo

Unidade em mm
VINIL ADESIVO EM PLOTAGEM DE RECORTE
ref.: PRETO 3M BR7300-12 ou similar

Prefeitura de CURITIBA

Nº 187 - SUPLEMENTO Nº 1 - ANO XV

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2026

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
SUPLEMENTO Nº 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO - PREFEITO MUNICIPAL
PAULO EDUARDO LIMA MARTINS - VICE-PREFEITO
Palácio 29 de Março - Avenida Cândido de Abreu 817 - Centro Cívico

GABINETE DO PREFEITO **- GAPE**
RICARDO ANDREAZZA CAVALCANTE **- Chefe de Gabinete**

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
BRUNO HERAKI PANDINI **- Controlador-Geral**
IARA MARIA STURMER GAUER **- Superintendente Executiva**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
VANESSA VOLPI BELLEGARD PALACIOS **- Procuradora-Geral**
ROSA MARIA ALVES PEDROSO **- Subprocuradora-Geral**

SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM
MARCELO TSCHÁ FACHINELLO **- Secretário**
GLAUCO MACHADO REQUIÃO **- Superintendente Executivo**
JOSÉ CAMPOS HIDALGO NETO **- Superintendente de Manutenção Urbana**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMSAN
LEVERCI SILVEIRA FILHO **- Secretário**
SIMONE CRISTINA AMARO INÁCIO DA SILVA **- Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMCS
MARC EMMANUEL MENDES MARCELINO DE SOUSA **- Secretário**
SONIA ROSANA PEREIRA DA SILVA ZANETTI **- Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO - SMDT
RAFAEL FERREIRA VIANNA **- Secretário**
JOSÉ SEMMER NETO **- Superintendente Executivo**
GUSTAVO D'ALMEIDA GARRETT **- Superintendente de Trânsito**
JOSE CARLOS FELIPUS COSTA **- Superintendente da Guarda Municipal**

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
PAULO AFONSO SCHMIDT **- Secretário**
GIOVANI SANTOS VIEIRA **- Superintendente Executivo**
ESTELA ENDLICH **- Superintendente de Gestão Educacional**
JONATHAN DIETER - **Superintendente de Infraestrutura**

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
JOSÉ ANTÔNIO DE MELO FILHO **- Secretário**
HIDEO GARCIA **- Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO - SMF
VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK **- Secretário**
VINICIOS JOSÉ BORIO **- Superintendente Executivo**
EDUARDO MORAES MAKOWSKI **- Superintendente Fiscal**

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SMMA
MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS **- Secretária**
IBSON GABRIEL MARTINS DE CAMPOS **- Superintendente de Controle Ambiental**
JEAN BRASIL **- Superintendente de Obras e Serviços**

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAL - SMGP
DANIELE REGINA DOS SANTOS **- Secretária**
SILVIA AMÉLIA JARENCO CHERUBIN **- Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DEDESENVOLVIMENTO HUMANO - SMDH
CARLOS EDUARDO PIJAK JUNIOR - **Secretário**
JEAN EMMANUEL KULCHESKI - **Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SMATI
ELISANDRO PIRES FRIGO - **Secretário**
ALESSANDRA CALADO DE MELO PALUSKI **- Superintendente de Administração**
BRUNO MARTIN BATISTA - **Superintendente de Tecnologia da Informação**

SECRETARIA MUNICIPAL DEDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO - SMDEI
ANTONIO SERGIO DA SILVA BENTO - **Secretário**
FABIANO FERREIRA VILARUEL - **Superintendente Executivo**
DIMAS JOSE BUENO **- Superintendente Técnico**

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - SMIR
MARLI TEIXEIRA LEITE **- Secretária**
EDSON LUIZ LAU FILHO **- Superintendente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO - SMU
ALMIR BONATTO - **Secretário**
RODRIGO TADEU BARANCZUK - **Superintendente Técnico**
LUCIANE SCHAFAUZER DE PAULI - **Superintendente de Projetos**

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - SEDRMC
THIAGO BONAGURA RODRIGUES DA SILVA - **Secretário**

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

VERIDIANA MARANHO - **Administradora da Regional do Bairro Novo - R.10.BN**
REINALDO BOARON - **Administrador da Regional do Boa Vista - R.4.BV**
MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA MANFRON - **Administrador da Regional do Boqueirão - R.2.BQ**
AGOSTINHO CREPLIVE FILHO - **Administrador da Regional do Cajuru - R.3.CJ**
RUDIMAR FEDRIGO - **Administrador da Regional da Cidade Industrial de Curitiba - R.11.CIC**
IVENIO ALVES DOS SANTOS - **Administradora da Regional da Matriz - R.1.MZ**
JANAINA LOPES GEHR - **Administradora da Regional do Pinheirinho - R.8.PN**
RODRIGO BRAGA CORTES FIALHO DOS REIS - **Administrador da Regional do Portão - R.7.PR**
JOSE DIRCEU DE MATOS - **Administrador da Regional de Santa Felicidade - R.5.SF**
MARCELO FERRAZ CESAR - **Administrador da Regional do Tatuquara - R.12.TQ**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
AUTARQUIAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IMAP
BEATRIZ BATTISTELLA - **Presidente**
NEUCIMARY AMARAL - **Superintendente Técnica**

INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO - CURITIBA TURISMO
RODRIGO DALLA BONA SWINKA - **Presidente**
EDLE TATIANA LESSNAU DE FIGUEIREDO NEVES - **Superintendente**

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC
ANA CRISTINA WOLLMANN ZORNIG JAYME - **Presidente**

INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO MUNICÍPIO DE CURITIBA - IPMC
JOCELAINE MORAES DE SOUZA - **Presidente**

FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS
RENAN DE OLIVEIRA RODRIGUES - **Presidente**
MELISSA CRISTINA ALVES FERREIRA - **Superintendente Executiva**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - FCC
MARINO GALVÃO JÚNIOR - **Presidente**
MARIA ANGÉLICA DA ROCHA CARVALHO - **Superintendente**

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS
SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ - **Diretor Geral**

CURITIBAPREV - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
JOSE LUIZ COSTA TABORDA RAUEN - **Diretor Presidente**

INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE - ICS
MARINA BUENO - **Diretora-Presidente**

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO S/A
LETICIA WOLF MOURA JUSTUS - **Diretora-Presidente**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
JOSÉ LUPION NETO - **Diretor-Presidente**

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-CT
ANDRÉ BAÚ - **Diretor-Presidente**

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
OGENY PEDRO MAIA NETO - **Presidente**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

SUPLEMENTO Nº 1

LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR - **Secretário** AIRTON SOZZI JUNIOR - **Superintendente de Implantação de Obras Urbanas** **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS** TATIANE CORRÊA DA SILVA FILIPAK - **Secretária** FLAVIA VERNIZI ADACHI - **Superintendente Executiva** JANE SESCATTO - **Superintendente de Gestão da Saúde**	